94 BU
PONTO DE APOIO
BU
PATRIMÔNIO
UFSC 278731

ADILSON CITELLI

O TEXTO ARGUMENTATIVO

03637939

editora scipione

133412

801
C981x

AQUISIÇÃO POR COMPRA
ADQUIRIDO DE DINÂMICA

09 DEZ. 2002

PREÇO 8,62
REGISTRO 03637939
DATA DO REGISTRO 24.09.2003

editora scipione

DIRETORES
Luiz Esteves Sallum
Maurício Fernandes Dias
Vicente Paz Fernandez
Patrícia Fernandes Dias
José Gallafassi Filho
Antonio Nicolau Youssef
Joaquim Nascimento

GERÊNCIA EDITORIAL
Aurelio Gonçalves Filho

PROJETO EDITORIAL
Dinâmica Artes & Idéias

GERÊNCIA DE PRODUÇÃO
Gil Naddaf

REVISÃO
chefia - Sâmia Rios
assistência - Roberto Bezerra de Albuquerque
preparação - José Carlos Michelazzo
revisão - Cláudia Santos, Izabel Cristina Rodrigues
e Lygia Maria Benelli Goulart

ARTE
chefia - Antonio Tadeu Damiani
coordenação - Maria do Céu Pires Passuello
capa - Zéflávio Teixeira

EDITORAÇÃO ELETRÔNICA
Márcia Sasso
assistência - Regina Trivinho Blandón

COORDENAÇÃO DE PRODUÇÃO
José Antonio Ferraz

IMPRESSÃO E ACABAMENTO
Gráfica Editora Hamburg Ltda.

Editora Scipione Ltda.
MATRIZ
Praça Carlos Gomes, 46
01501-040 São Paulo SP
DIVULGAÇÃO
Rua Fagundes, 121
01508-030 São Paulo SP
Tel. (011) 239 1700
Telex (11) 26732
Caixa Postal 65131

1994

ISBN 85-262-2225-2

UB000246706

Sumário

1. Para início de conversa 5
Propósitos 8

2. Uma torre chamada Babel (Ou: Por que impedir a constituição dos sentidos) 9
O código e o sentido 11
De volta à Torre 12

3. Argumentação e ponto de vista 14
Como se forma o ponto de vista? 17
O que forma o ponto de vista? 17
Por que se forma o ponto de vista? 19
Relendo o texto 19

4. A coerência textual 21
O texto 22
Texto e discurso 23
E por falar em coerência 24
Coerência: os núcleos textuais 26
Ainda a coerência: teses, hipóteses, argumentos 29

5. A coesão textual 31
Elementos de coesão 36
Coesão e expressividade 37
Problemas de coesão 38
Mecanismos de coesão 40
Quadros referenciais 42

6. Argumentação e diálogo textual 45
O entretecer da linguagem 49
Formas de apropriação 53
Enfim 56

7. Outros mecanismos argumentativos 57
Posto/pressuposto 60
Interferência/subentendido 62
Uma síntese 66
Tópicos de argumentação 67

8. Observações finais 77

Bibliografia 79

1

Para início de conversa

"De fato é dentro da e pela língua que indivíduo e sociedade se determinam mutuamente. O homem sentiu sempre — e os poetas freqüentemente cantaram — o poder fundador da linguagem, que instaura uma realidade imaginária, anima as coisas inertes, faz ver o que ainda não existe, traz de volta o que desapareceu."

(Émile Benveniste)

O desenvolvimento da vida social exigiu que os homens ampliassem o uso das formas verbais de comunicação. Com isso, foi necessário compreender o próprio funcionamento e alcance da linguagem[1]: daí os estudos sobre a organização das palavras, da elaboração dos enunciados, da articulação e dos efeitos provocados pelos discursos.

De instrumento que ajudava a nomear as coisas, a linguagem passou a ser identificada como elemento de constituição dos sentidos, capaz de não apenas representar como também de criar realidades, exercendo um forte papel direcionador ou redirecionador das relações sociais.

A consciência destes problemas levou Aristóteles a escrever, por volta de 320 a.C., uma das primeiras e mais importantes sistematizações acerca do assunto: *A arte retórica*. Nesta obra é possível ler, por exemplo, que os discursos verbais podem ser formados de várias maneiras: existem os poéticos, ligados à literatura e marcados pela modalidade **narrativa**; os científicos, voltados à defesa de teses e ancorados nos expedientes **argumentados**; os construídos sob a cifra **descritiva** e ligados aos andamentos indicativos, enumerativos.

Quando atendemos ao pedido do professor para dissertar/argumentar, descrever ou narrar, estamos colocando em prática um conjunto de referências codificadas há muito tempo e dadas como estruturadoras do tipo de texto solicitado.

No entanto, o fato de aquelas modalidades existirem não indica que se apresentem de forma pura. Em geral, elementos descritivos, dissertativos e narrativos encontram-se misturados na trama textual. O que ocorre é a **dominância** de uma forma sobre outra. Um discurso será dissertativo pelo fato de nele prevalecerem os argumentos, a exposição

---

1. O termo **linguagem** virá associado neste trabalho, normalmente, à dimensão verbal.

de idéias; isto não significa dizer, contudo, que estejam ausentes as tabelas indicativas de uma certa pesquisa, as enumerações de nomes, as caracterizações físicas de alguma pessoa, as figuras de linguagem, as imagens poéticas.

Ao nos propormos a fazer um livro sobre dissertação/argumentação — tais designações serão utilizadas doravante como quase sinônimas — estamos, na verdade, apenas procurando mostrar como se estrutura uma forma dominante.

Mas qual é a razão para se estudar os esquemas argumentativos do discurso? O que é propriamente argumentar?

As formas dissertativas estão presentes cotidianamente na vida das pessoas. São os discursos da publicidade, do jornalismo, da política, das aulas, dos conselhos dos amigos, das polêmicas para se saber qual o melhor time de futebol. Em comum entre todas estas formas está o fato de que idéias estão sendo veiculadas, pontos de vista debatidos, concepções atacadas ou defendidas. E, como se percebe, o mecanismo de comunicação que envolve os agentes discursivos tanto pode estar baseado em formas interpessoais como massivas.

Assim, quando o governo faz uma campanha de prevenção contra a cólera ou para impedir um surto de poliomielite, está, a rigor, **agindo** através da linguagem. E pretende **produzir** efeitos de sentido do seguinte tipo: lavando-se verduras e legumes, cozendo-se alimentos, tomando-se cuidados profiláticos, a cólera não se difundirá; ou, ainda, vacinando-se as crianças, será possível evitar a paralisia infantil.

Isto é, as palavras viram ações cujos objetivos práticos são impedir o avanço da cólera ou diminuir a incidência da poliomielite.

O que se faz em casos de campanhas de propaganda como nas indicadas acima é estabelecer mecanismos argumentativos capazes de realizar eficientemente os efeitos de sentido pretendidos. Neste sentido, podem-se utilizar, por exemplo, palavras mais diretas e simples, recorrer a estruturas frasais menos complexas, apresentar provas contundentes de que a cólera e a paralisia estão aumentando.

Em síntese, busca-se fazer com que os destinatários respondam segundo uma certa organização persuasiva da linguagem.

Convencer ou persuadir através do arranjo dos diversos recursos oferecidos pela língua é, numa formulação muito simples, a marca fundamental do texto dissertativo/argumentativo.

Percebe-se, nesta medida, por que a linguagem é uma **forma de ação** e os textos argumentativos são a modalidade onde se exerce com maior vigor a persuasão.

Caberia acrescentar que, em sociedades abertas, de regimes políticos não-ditatoriais, a "luta" entre os interesses de pessoas, grupos e classes desenvolve-se, também, pelo uso da linguagem argumentativa. Apreender como funciona esta modalidade é, em última instância, defender a própria cidadania, visto os discursos — quer os que lemos ou escrevemos — poderem igualmente libertar ou oprimir, manipular ou revelar como é feita a manipulação.

Propósitos Ao longo deste livro procuraremos mostrar que a linguagem não é somente um instrumento utilizado para nomear coisas e situações, tendo, portanto, uma face neutra, ingênua. Ao contrário, defendemos a posição de que a linguagem cumpre certos objetivos e realiza determinadas intenções. Particularmente nos textos argumentativos, uma série de mecanismos é acionada — de forma mais ou menos consciente — pelos usuários, com a finalidade de construir teses, elaborar idéias, assumir pontos de vista e rechaçar preconceitos.

Os capítulos do livro discutem alguns dos mecanismos estruturadores do texto argumentativo; apreendê-los e generalizá-los significa desenvolver competências para ler nas palavras dos homens as circunstâncias do mundo.

2

Uma torre chamada Babel (Ou: Por que impedir a constituição dos sentidos)

"O homem não pode pensar o seu pensamento sem pensar sua palavra."

(Bonald)

Ora a terra tinha uma só língua e um mesmo modo de falar. Mas (os homens), tendo partido do oriente, encontraram uma planície na terra de Senaar, e habitaram nela. E disseram uns para outros: vinde, façamos tijolos e cozamo-los no fogo. E serviram-se de tijolos em vez de pedras, e de betume em vez de cal traçada; e disseram: vinde, façamos para nós uma cidade e uma torre, cujo cimo chegue até ao céu; e tornemos célebre o nosso nome, antes que nos espalhemos por toda a terra. O Senhor, porém, desceu a ver a cidade e a torre, que os filhos de Adão edificavam, e disse: eis que são um só povo e têm todos a mesma língua; e começaram a fazer esta obra, e não desistirão do seu intento, até que a tenham de todo executado. Vinde, pois desçamos e confundamos de tal sorte a sua linguagem, que um não compreenda a voz do outro. E assim o Senhor os dispersou daquele lugar por todos os países da terra, e cessaram de edificar a cidade. E, por isso, lhe foi posto o nome de Babel, porque aí foi confundida a linguagem de toda a terra, e daí os espalhou o Senhor por todas as regiões.

BÍBLIA Sagrada. Gênesis:11. Trad. Pe Matos Soares. São Paulo, Paulinas, 1955. p. 28.

A parábola bíblica do surgimento das línguas e da dispersão dos povos ajuda a compreender o assunto deste capítulo. Desejamos aprofundar a idéia de que a linguagem não é apenas um recurso ou instrumento utilizado para veicular idéias.

Durante muito tempo entendeu-se existir uma coisa autônoma e superior chamada pensamento e uma outra menos nobre que atendia pelo nome de linguagem, cuja função seria a de fazer circular nossas idéias.

Aceita-se hoje que linguagem e pensamento formam uma unidade, sendo praticamente impossível pensar uma sem o outro. O pensamento só se manifesta através da linguagem (inclusive a não-verbal, como os gestos, as cores, as imagens) e a linguagem só se manifesta pelo pensamento. Pode-se afirmar que a linguagem é o próprio pensamento em ação. Ou, ainda, o pensamento só se materializa na linguagem.

Sendo assim, quando falamos ou escrevemos, agimos verbalmente, vale dizer, **produzimos sentidos**. Daí construirmos, muitas vezes,

realidades que só existem enquanto prospecções do nosso imaginário. Por exemplo, os romances de ficção científica, por mais que tenham a ver com certos graus de avanço tecnológico da humanidade, projetam (produzem, constroem), por meio das palavras, mundos, seres, sociedades, civilizações (sentidos) sequer vistos ou vividos por seus criadores. Foi o que fez Steven Spielberg em seu filme *ET*, aproximando seres humanos de criaturas vindas de outras galáxias.

Vamos considerar outro tipo de situação. No enunciado "A lição está difícil" ocorre o encontro de artigo, substantivo, verbo e adjetivo. Graças à articulação desses elementos gramaticais, produzimos um certo tipo de informação. Da leitura do enunciado pode-se depreender um significado do tipo: há muitas dificuldades para se entender a lição. Ou seja, a informação ocorreu dado o fato de ter sido montada, veiculada e compreendida a partir de uma sucessão de signos verbais geradores de sentidos.

O código e o sentido É importante notar que o esforço para a produção dos sentidos ocorre em virtude de os homens desejarem estabelecer cadeias comunicativas, seja para informar, convencer, emocionar, seja para explicar, determinar, aconselhar. Mas, para que isto acontecesse, foi necessária aos diversos grupos humanos a criação de códigos lingüísticos próprios, acordos que conhecemos pelo nome de línguas e que expressam maneiras particulares de conceber os significados, as formas de uso, os mecanismos de elaboração do universo das palavras. Sem isto, as expressões lingüísticas cairiam no vazio e as sentenças resultariam incompreensíveis. Imaginem como ficaria um alemão que não sabe português diante da frase "A lição está difícil".

Em nosso caso, o **código comum** é a língua portuguesa: graças a ela produzimos, verbalmente, os efeitos de sentido. No entanto, não se deve considerar o código comum como uma referência padrão que se mantém inalterada. Ao contrário, a língua possui variabilidades, usos diferenciados conforme a situação cultural, econômica, etária, regional do usuário.

No enunciado

"Pô, cara, quando eu estava na crista da onda fui rabeado por outro surfista.",

o fato de estarmos diante de uma construção feita rigorosamente a partir do código da língua portuguesa parece não ajudar muito. É que os sentidos ficaram limitados aos jovens "pegadores de onda", que reconhecem, nos termos *crista* (alto) e *rabeado* (cortado), os componentes de uma variável do código que dominam.

A consciência da variabilidade lingüística tem levado produtores de textos argumentativos, como jornalistas, publicitários e políticos, a criar registros verbais adequados ao público que pretendem atingir.

Façam um exercício lendo os jornais *O Estado de S. Paulo, Folha de S. Paulo* e *Notícias Populares* e procurem verificar como são escritos. Apesar de usarem o código comum, *O Estado* se reveste de um nível lingüístico mais solene e rebuscado, a *Folha* procura algo que poderíamos chamar de nível intermediário e o *Notícias Populares* pretende se comunicar diretamente com os segmentos considerados populares, fazendo, para tanto, uma seleção vocabular mais corrente, construindo frases curtas e diretas.

O mesmo pode ser notado nas campanhas publicitárias que divulgam produtos sofisticados em horário nobre, nas estações de maior audiência e nos anúncios de remédios feitos em programas de rádio do gênero sertanejo, como Zé Bétio, Gil Gomes e outros.

No fundo, trata-se de adequar o código comum àquilo entendido como a variável mais eficiente para a criação de certos efeitos de sentido; tratando-se do texto argumentativo, o efeito buscado é a persuasão ou o convencimento.

De volta à Torre Depois das observações iniciais, não parece difícil perceber que a parábola bíblica colocada no início do capítulo constrói verbalmente os sentidos com o intuito de significar determinadas coisas para o leitor.

A título de ilustração, podemos destacar alguns conjuntos de sentidos. Você poderá, evidentemente, encontrar outros.

1. A Torre de Babel representa/simboliza a ambição humana. Os homens, ao fazerem uma cidade e erguerem uma torre tão alta que chegasse ao céu, desejavam glorificar-se. Deus, o único glorioso, intervém, revelando a fragilidade dos homens.

2. Para realizar o trabalho a que se propunham, os "filhos de Adão" contavam com um importante instrumento, a língua comum, o código unificador. Graças a tal fato podiam projetar, pela linguagem, o que viria a ser a torre. É importante notar que antes de existir como dado físico, a torre já estava definida como linguagem: **o projeto** de fazê-la chegar ao céu é anterior à própria realização do objetivo.

3. Qual é a atitude do Senhor? Ele impede que os sentidos possam ser constituídos. Ou, nos termos bíblicos: condena os buscadores prematuros da glória a viverem no caos lingüístico, a mesclarem os códigos, a amargarem as conseqüências do "embaralhamento" das línguas. Aos expulsos das terras de Senaar nada mais restava senão o longo e difícil percurso da busca daqueles códigos que permitiram a criação das outras redes de sentido necessárias à existência da vida social.

A metáfora da origem das línguas sintetiza muito bem o que discutimos neste capítulo: o poder e a importância da linguagem, sua capacidade de produzir significações, o requisito dos códigos comuns para que ocorra o processo de comunicação.

3

Argumentação e ponto de vista

"Enfim, cada um que quer aprova, o senhor sabe: pão ou pães, é questão de opiniões."

(Guimarães Rosa)

A obra de Graciliano Ramos mostra três aspectos distintos, embora vinculados pela unidade de concepção da arte e da vida que podemos encontrar em todo grande escritor.

Em primeiro lugar, a série de romances escritos na primeira pessoa — Caetés, São Bernardo, Angústia *—, que constituem essencialmente uma pesquisa progressiva da alma humana, no sentido de descobrir o que vai de mais recôndito no homem, sob as aparências da vida superficial. Poderíamos dizer, usando linguagem dostoievskiana, que essa pesquisa tenta descobrir o* homem subterrâneo, *a nossa parte reprimida, que opõe a sua irredutível, por vezes tenebrosa, singularidade ao equilíbrio padronizado do ser social.*

Em segundo lugar, as narrativas feitas na terceira pessoa — Vidas secas, *os contos de* Insônia *—, comportando visão mais destacada da realidade, estudando modos de ser e condições de existência sem a obsessiva análise psicológica dos outros.*

Em terceiro lugar, encontramos as obras autobiográficas — Infância, Memórias do cárcere *—, nas quais a subjetividade do autor encontra expressão mais pura e ele dispensa a fantasia, para se abordar diretamente como problema e caso humano.*

Nos três setores encontramos obras-primas, seja de arte contida e despojada como São Bernardo *e* Vidas secas*; seja de imaginação lírica, como* Infância*; seja de tumultuosa exuberância, como* Angústia. *Em todas elas está presente a correção de escrita, a suprema expressividade da linguagem, a secura da visão do mundo, o acentuado pessimismo, a ausência de qualquer chantagem sentimental ou estilística. De modo geral, há nelas uma característica interessante (a cujo estudo consagrei um ensaio:* Ficção e confissão*): à medida que os livros passam, vai se acentuando a necessidade de abastecer a imaginação no arsenal da memória, a ponto de o autor, a certa altura, largar de todo a ficção em prol das recordações, que a vinham invadindo de maneira imperiosa. Com efeito, a um livro cheio de elementos tomados à experiência de menino (*Angústia*) sucede outro, de recordações, é verdade, mas apresentadas com tonalidade ficcional (*Infância*); e,*

*depois desta ponte, a narrativa sem atavios dum trecho decisivo da sua vida de homem (*Memórias do cárcere*).*

Isto permite supor que houve nele uma rotação de atitude literária, tendo a necessidade de inventar cedido o passo, em certo momento, à necessidade de depor. E o mais interessante é que a transição não se apresenta como ruptura, mas como conseqüência natural, sendo que nos dois planos a sua arte conseguiu transmitir visões igualmente válidas da vida e do mundo.

Concluímos daí que no âmago da sua arte há um desejo intenso de testemunhar sobre o homem, e que tanto os personagens criados quanto, em seguida, ele próprio, são projeções desse impulso fundamental, que constitui a unidade profunda dos seus livros.

CANDIDO, Antonio. *Tese e Antítese*. São Paulo, Companhia Editora Nacional, 1971. pp. 97-98.

A leitura atenta do texto permite depreender o que pensa o crítico literário Antonio Candido acerca da obra de Graciliano Ramos. Ou, nos termos deste capítulo, revela-se uma determinada concepção, um ponto de vista sobre a produção ficcional do autor de *Vidas secas*.

O ensaísta parte de uma afirmativa — um enunciado de verdade —, segundo a qual Graciliano Ramos destacou-se entre os escritores brasileiros por fundir uma singular visão da arte e da vida.

No entanto, para que essa assertiva de Antonio Candido ganhasse credibilidade junto aos leitores, foi preciso elaborar um processo demonstrativo; isto é, impôs-se a construção de argumentos e provas que validassem a idéia de estarmos diante de um grande romancista.

E quais são as evidências comprovadoras dessa tese? Em primeiro lugar, o nível de profundidade com que é investigada a alma humana. Aqui são revelados aspectos que, por serem essenciais, estão presentes na vida de todos os homens: o amor, o ódio, o ciúme, a dor. Numa palavra, sendo um escritor brasileiro, Graciliano Ramos universaliza-se. Em segundo lugar, existe a busca do entendimento da realidade do país: as dificuldades econômicas, as injustiças sociais, a violência, a miséria, a fome. Em terceiro lugar, o ficcionista representa a sua própria autobiografia, aliando a trajetória do escritor à do militante político.

Ao integrar os três aspectos, a despeito de cada um deles possuir suas particularidades, Graciliano Ramos teria garantido a produção de obras-primas.

É possível afirmar, portanto, que um dos aspectos asseguradores da unidade do texto, e isto vale para todos os trabalhos dissertativos/argumentativos, é a existência do ponto de vista, das concepções nucleadoras do que está sendo demonstrado.

Como se forma o ponto de vista? Ao ler-se o texto utilizado como exemplo, nota-se que foi elaborado um ponto de vista favorável à obra de Graciliano Ramos. Vejamos agora **como** isto ocorreu.

Antonio Candido afirma ter reconstituído — pelo menos até onde conseguiu fazê-lo — as concepções da arte e da vida presentes nos livros do ficcionista alagoano. A saber: secura da visão de mundo, acentuado pessimismo, ausência de chantagem sentimental, suprema expressividade da linguagem, correção da escrita.

Ou seja, o crítico elaborou uma posição acerca do romancista porque **reconheceu, analisou e sistematizou** os valores, idéias e processos técnico-literários trabalhados por Graciliano Ramos.

Neste sentido, integraram-se os planos da **compreensão** e da **formalização**. Compreensão do que estava envolvido no assunto a ser tratado: a obra de Graciliano Ramos. Formalização, por meio do texto elaborado, de uma perspectiva acerca do problema em questão.

No fundo, estamos falando dos mecanismos básicos que regem a construção do ponto de vista. Eles decorrem de experiências que acumulamos, leituras realizadas, informações obtidas, do desenvolvimento da capacidade de compreender e, sobretudo, "traduzir" para outras pessoas aquilo que desejamos dizer. É neste processo que iremos, progressivamente, formando e reformando a visão das coisas.

É claro que apenas a presença de tais requisitos não garante a existência de textos argumentativos proficientes, mas sua ausência seguramente comprometerá os pretendidos objetivos de convencimento e persuasão.

O que forma o ponto de vista? Ao lermos os artigos de jornais que defendem certas teses, por exemplo, favoráveis ou não à pena de morte, ao aborto, à gratuidade do ensino superior, ao pagamento da dívida externa, estamos diante da formação de visões de mundo, pontos

de vista, concepções que pretendem, em última instância, influenciar nos conceitos, idéias, opiniões das pessoas.

O mesmo pode ser dito no atinente aos debates e comentários feitos pela televisão e pelo rádio, aos anúncios publicitários, aos discursos políticos ou religiosos, à discussão acalorada sobre futebol ou Fórmula 1.

Em qualquer dos casos busca-se efetivar o convencimento. Ou, em termos mais precisos, objetiva-se alcançar os efeitos pragmáticos da linguagem, esta capacidade que os signos verbais possuem de influenciar pessoas, de definir ou redefinir posições, de confirmar preconceitos, de formar ou reformar atitudes.

Considere-se, contudo, o seguinte: a visão que temos das coisas, dos homens, do mundo é, ela também, constituída a partir de algo que passaremos a chamar de **formação discursiva**. Noutras palavras, não se trata de pensar o ponto de vista como alguma coisa absolutamente individual, algo que as pessoas elaboram independentemente de outras pessoas, fora das circunstâncias econômicas, sociais e culturais que as envolvem. Ao contrário, mesmo quando emitimos simples opiniões, o fazemos, no geral, orientados por concepções que tendem a ser cifradas nos discursos com os quais convivemos.

Vamos examinar um pouco melhor este problema, dadas suas implicações na construção do ponto de vista e na elaboração do texto argumentativo.

Quando falamos/escrevemos, ouvimos/lemos, realizamos atos de linguagem circunstanciados por um conjunto de valores e experiências que se qualificam ou desqualificam muito em função das relações sociais, do ambiente cultural, da situação econômica que nos circundam.

Ou seja, se pode haver correspondência entre o que falamos e os interesses da classe ou do grupo a que pertencemos, também não é estranho encontrarmos exatamente o contrário. Assim sendo, ao defendermos, por exemplo, a tese favorável à pena de morte, podemos, na prática, estar apenas reproduzindo uma formação discursiva que se tornou dominante, isto é, passamos a assumir como nossa a "verdade" constituída por segmentos sociais com os quais não temos identificação.

E o que houve neste caso? Ocorreu que uma certa formação discursiva impôs-se sobre outras formações discursivas, por exemplo, aquelas que condenam a pena de morte. Daí o fato de, muitas vezes,

trabalhadores que ganham baixos salários ficarem contra os movimentos grevistas, acusando-os de promover baderna. Tal discurso não soaria estranho, evidentemente, caso fosse enunciado por alguma associação patronal.

Existe, como se percebe, permanente luta entre as formações discursivas, por expressarem diferentes interesses sociais. Considere-se ainda que essas formações impõem-se umas sobre as outras por força, muitas vezes, dos veículos de massa. O poder dos jornais, das emissoras de rádio, das cadeias de televisão é muito grande. Se eles não podem tudo, até porque, felizmente, as pessoas não estão condenadas à eterna passividade, de igual modo não se deve desconhecer o significado e a extensão do impacto gerado pelos meios massivos na formação do ponto de vista.

Por que se forma o ponto de vista? Do afirmado até aqui, é possível fazerem-se algumas deduções acerca da constituição do ponto de vista: a) decorre do fato de alguém operar a partir de um lugar social — a igreja, o sistema financeiro, a indústria, o trabalho assalariado — o cruzamento das várias formações discursivas; b) resulta de um discurso que, enunciado individualmente, está marcado por outros discursos; c) possui implicações com a própria trajetória cultural das pessoas: leituras realizadas, convivências mantidas, informações às quais teve acesso.

Como se vê, afirmar um ponto de vista é um gesto de compromisso. Significa revelar uma posição diante de algum problema, respeitando os itens acima.

A formação do ponto de vista passa por um processo relativamente complexo, mas que precisa ser encarado por quem deseja ler ou escrever textos argumentativos. Neste sentido não basta aguçar a percepção ou estar "ligado" nas coisas do mundo; é necessário, ainda, trabalho de leitura, pesquisa, busca de informação; algo que envolve reconhecimento, análise, compreensão, sistematização e formalização do que pretendemos **fazer crer** aos outros.

Relendo o texto Façamos um rápido exercício de recapitulação do texto de Antonio Candido, à luz do que discutimos até aqui. É possível

dizer que o crítico formou seu ponto de vista acerca da obra de Graciliano Ramos porque:

a) Conviveu longamente com os textos do ficcionista, podendo sobre eles meditar e sistematizar reflexões.

b) Recebeu influências de uma série de outros textos, de áreas muito diversas. A saber, sociologia, filosofia, lingüística, crítica literária, romances, poemas. Daí o uso de uma conceituação muito ampla. Aparecem expressões como: singularidade, ser social, realidade, subjetividade, análise psicológica, correção da escrita, expressividade da linguagem.

c) Outros romancistas foram lidos, o que permitiu a Antonio Candido formar o seu padrão de gosto literário, conviver com experiências da linguagem simbólica que não se esgotavam em Graciliano Ramos. Por exemplo, é citado o escritor russo Fiódor Dostoievsky.

d) Ocupa um certo lugar social: é um intelectual, crítico literário que dialoga com outras fontes críticas, possivelmente aceitando-as ou negando-as, mas, sobretudo, fazendo um esforço para formalizar de modo original sua experiência de leitor.

e) Construiu uma formação discursiva a partir da convivência com outras formações discursivas.

Após tudo isso é o caso de se perguntar: o ponto de vista de Antonio Candido acerca de Graciliano Ramos é correto? Talvez. Outro crítico poderá discordar. Caberá, então, constituir um novo ponto de vista. Isto é, elaborar argumentos nascidos, provavelmente, de outros referenciais teóricos, metodológicos, analíticos, ideológicos e capazes de nos **fazer crer** na pertinência dessa nova exposição.

4

A coerência textual

"Tudo o que faz uso funcional das palavras estará envolvido em todos os problemas das palavras."

(Northrop Frye)

Sob o aspecto ambiental o planeta chegou ao ponto de não-retorno. Se fosse uma empresa, o planeta estaria à beira da falência, pois dilapida seu capital, que são os recursos naturais, como se eles fossem eternos. O poder de autopurificação do meio ambiente está chegando ao limite. Temos que agir já.

Entrevista de Maurice Strong, Secretário-Geral da ECO 92, à Revista *Veja*, ed. 1184.

Vimos no capítulo anterior como o ponto de vista é importante para assegurar a coerência das exposições argumentativas. Consideremos agora um pouco melhor os conceitos de texto e coerência.

O texto A noção de texto pode ser aplicada tanto para as manifestações orais como para as escritas[1]. Falamos ou escrevemos porque desejamos elaborar uma rede de significados com vistas a informar, explicar, discordar, convencer, aconselhar, ordenar.

Em sua entrevista, Maurice Strong pretende mostrar à sociedade que o planeta Terra está sofrendo os efeitos desastrosos da agressão continuada ao meio ambiente. Estamos, neste caso, diante de um texto, uma ordem de sentidos que surgiu graças ao cruzamento dos planos do falar, do dizer e do mostrar. E tudo isto haver conseguido significar coisas para o leitor.

Entendamos o **falar** como o nível de constituição das palavras e frases organizadas segundo as leis que formam a língua; o **dizer** como indicador das relações entre as palavras e os sentidos que elas promovem; o **mostrar** como condutor dos enunciados para uma ou outra direção. Destaquemos, para exemplificar, a frase:

"Temos que agir já."

---

1. O conceito de **texto** é aplicado também para designar formas significativas não-verbais. Limitamo-nos aqui à dimensão verbal do conceito.

Ela faz sentido para nós por conter, ao mesmo tempo, uma seqüência sonora (T + e + m + o + s, etc.)[2] formadora das palavras e das frases. Tal conjunto de sons é arranjado segundo certos procedimentos adotados pelas diferentes variáveis existentes na língua portuguesa. Assim, não seria recomendável escrever, considerando-se os padrões da norma dominante, por exemplo, a palavra *temos* sob a forma *somet*, ou *agir* como *igar*, tampouco fazer a seguinte ligação: Que já agir temos.

A isto alia-se o fato de, para nós, Temos/que/agir/já/ enviar a uns e não a outros sentidos. O termo *agir* remete à idéia do movimento, do ser preciso fazer alguma coisa, assim como o advérbio *já* esclarece acerca da urgência do tempo.

Por último, a seqüência sonora e a constituição dos significados remetem a um tipo de enunciado apelativo, em tom dramático, voltado a interferir na sociedade, conclamando todos [(nós) *Temos*] à ação.

Texto e discurso Foi possível perceber como a existência do texto está condicionada a mecanismos de organização calcados em acertos tanto dos códigos da língua quanto da adequação aos destinatários. Daí poder-se afirmar que o texto não é uma sucessão desconexa de frases ou palavras enunciadas aleatoriamente. Quando falamos ou escrevemos estamos querendo comunicar **intenções**, buscamos ser entendidos, desejamos estabelecer contratos verbais com nossos ouvintes ou leitores.

As palavras ou frases articuladas produzindo significações, dotadas de intencionalidade, e ganhando sentidos pela interferência dos destinatários, criam as unidades textuais ou discursivas.

Façamos aqui um breve parêntese apenas a título de sinalizar para uma discussão que poderá ser ampliada em outro momento.

Há muitos autores que usam indistintamente as expressões texto e discurso[3]. Neste caso, fala-se em texto ou discurso argumentativo, dissertativo, narrativo.

Outros estudiosos pensam o texto como realização do discurso. Ou seja, existiriam unidades de sentido menores e maiores.

O texto estaria em diálogo permanente com o discurso e este se materializaria naquele. Tomemos, a seguir, um exemplo:

---

2. Dispensou-se a grafia fonética.
3. Usado também para formas não-verbais. Discurso cinematográfico, televisivo e outros.

"A pena de morte é uma volta à barbárie."*

Neste caso, o diálogo permanente texto/discurso apresentar-se-ia do seguinte modo: ocorre texto porque ocorre uma articulação frasal que produz determinado sentido, a saber, pena de morte é uma regressão humana. O discurso está presente, visto que orientando a idéia da regressão está um conceito humanista, uma visão segundo a qual exercitar a pena de morte é um equívoco. Noutros termos, há uma formação discursiva na qual se "nutre" o texto particular.

Na entrevista de Maurice Strong é fácil perceber as relações texto/discurso. Por trás do conjunto de frases que nos informam sobre a situação do planeta Terra, e que procuram convencer acerca da necessária mudança de mentalidade, existe o discurso ecológico, ambientalista, defendido por um grande número de pessoas, que afirma não ser mais aceitável conviver com os atuais níveis de poluição, desmatamento e agressão aos recursos naturais.

Se for entendido que o texto realiza o discurso, será possível admitir que o texto/sermão do padre está afeito ao discurso religioso; o texto/processo do advogado tem a ver com o discurso jurídico; o texto/laudo do médico relaciona-se ao discurso da saúde e da doença; o texto/aula do professor vincula-se ao discurso pedagógico, e assim por diante.

É preciso lembrar, por último, que a existência do texto ou do discurso dissertativo/argumentativo envolve tanto a constituição articulada de sentidos como a realização eficiente dos objetivos de convencimento. E tal processo ocorre porque é sustentado pelos mecanismos da coerência.

E por falar em coerência É comum ouvir-se dizer que há textos bons por serem coerentes e outros ruins pela incoerência. A rigor, existem vários níveis e planos de coerência ou incoerência. Vejamos alguns casos:

a) Um sujeito resolve contar a última piada de papagaio num velório. Além de impertinente e improcedente, a piada sofre de uma síndrome

---

* Os exemplos indicados com asterisco foram retirados de: Rocco, Maria Tereza Fraga. *Crise na linguagem. A redação no vestibular*. São Paulo, Mestre Jou, 1981. pp. 175-183.

geral de **incoerência contextual**. A situação lutuosa não permite que o decoro seja quebrado e risos irrompam em torno do defunto[4].

b) Um jovem vestibulando conversa com um amigo e diz que sempre adorou animais, tendo inclusive vários cachorros, patos, galinhas e até mesmo um papagaio. Por isso, tentará a carreira de veterinário. Há, neste caso, **coerência narrativa.**

c) Havia uma campanha publicitária que anunciava o produto nos seguintes termos: "Zupavitin: a sopa que emagrece um quilo por dia". A premissa de que tomar sopa emagrece e estar a prova no fato de Zupavitin fazê-lo à razão de nada menos que um quilo por dia é, claramente, absurda. A publicidade, afora ser enganosa, aponta para um caso de **incoerência argumentativa**. Isto é, as razões e as provas não se completam, apontando, inclusive, para a desqualificação do próprio produto anunciado.

d) Em vestibular da Fuvest, o candidato saiu-se com a seguinte "pérola": "(...) a palidez do sol tropical refletia nas águas do rio Amazonas". Convenhamos que o sol tropical pode ser acusado de muitas coisas, menos de palidez. O riso provocado pela leitura daquele repente poético é derivado de um caso de **incoerência no uso da imagem**. A impropriedade da personificação desqualificou o enunciado.

Já na entrevista de Maurice Strong, as figuras de comparação resultaram pertinentes. Aproximar empresa/planeta, capital/recursos naturais é procedente, conquanto possamos não gostar ou discordar delas. Assim, afirmar que o planeta está falindo por consumir o seu capital, que são os recursos naturais, cria o efeito da **coerência no uso das figuras de linguagem.**

Enfim, a lista poderia aumentar muito. Basta, por ora, reter a idéia de que, no fundo, o problema básico envolvido na produção da coerência é o do acerto das partes com relação ao todo textual; do ajuste seqüencial das idéias; da progressão dos argumentos; das afirmativas que são explicadas; das justificativas vinculadas a teses; das demonstrações acompanhadas de provas; das proposições que se concluem; da adequação deste (e outros) processo ao leitor ou ao ouvinte.

---

4. Pelo menos nas circunstâncias habituais da cultura ocidental, branca e cristã.

À frente veremos que, no texto, a correspondência palavra/palavra, frase/frase está vinculada ao tópico da coesão. Isto não quer dizer que coesão e coerência sejam autônomas; ao contrário, elas se compõem para tornar o texto eficiente na sua intenção de convencimento.

Coerência: os núcleos textuais Existe, na entrevista de Maurice Strong, uma proposição:

"Sob o aspecto ambiental o planeta chegou ao ponto de não-retorno."

Em seguida há uma seqüência de narrativa e provas, que vai de *Se fosse uma empresa* até *está chegando ao limite*. Trata-se, propriamente, do núcleo argumentativo. E a conclusão:

"Temos que agir já."

Esta é a forma mais clássica da **coerência macroestrutural**. Afirma-se uma tese, demonstra-se e conclui-se.

Na já citada *Arte retórica*, Aristóteles demonstra que, para o texto ser coerente, é necessária a existência de quatro núcleos ou fases. A saber:

1. **Exórdio** - É o início do texto. Pode ser uma indicação do assunto, um conselho, um elogio, uma censura, conforme o gênero do trabalho a ser desenvolvido. Essa fase deve assegurar a fidelidade do ouvinte/leitor. É o que aproximaríamos da **introdução**.
2. **Narração** - É o assunto propriamente dito, onde os fatos são arrolados. Aqui não deve existir rapidez, tampouco concisão, mas sim a justa medida. "Ora, a justa medida consiste em se dizer tudo quanto ilustra o assunto, ou prove que o fato se deu, que constituiu um dano ou uma injustiça, numa palavra, que ele teve a importância que lhe atribuímos.[5]" Este é o núcleo da argumentação.
3. **Provas** - Se o discurso deseja convencer, é preciso mostrar as evidências, comprovar o que se diz. Para se obter este efeito, é comum nos textos argumentativos usar-se números, tabelas, depoimentos de especialistas no assunto, citações de pesquisas. Entram no núcleo argumentativo.

---

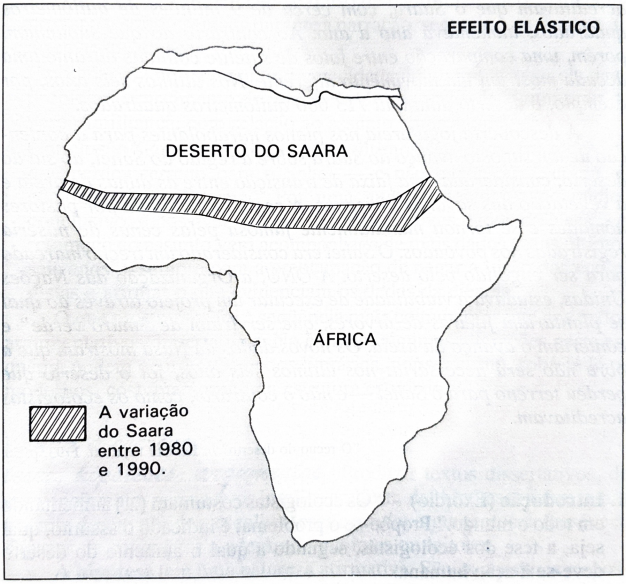
5. Aristóteles. *Arte retórica e arte poética*. Rio de Janeiro, Ouro, s.d. p. 257.

4. **Peroração** - É a **conclusão**, o epílogo, um lugar no texto que se revela extremamente importante por ser a última oportunidade para se convencer o leitor/ouvinte acerca de alguma tese[6].

A integração procedente e equilibrada desses núcleos asseguraria o mecanismo macroestrutural da coerência.

O termo peroração pode vir, também, associado a pequeno ou rápido discurso.

Acompanhemos o exemplo:



Nos últimos dez anos, a fronteira do Saara apresentou variações.

6. Outras observações sobre esta questão em: Citelli, Adilson. *Linguagem e persuasão*. 6ª ed. São Paulo, Ática, 1991. pp. 8-13.

Os ecologistas costumam atribuir à ação do homem o fato de os desertos estarem aumentando em todo o mundo. Para eles, o desflorestamento das matas tropicais e a agricultura sem planejamento estão mudando o clima da Terra e fazendo crescer a desertificação antrópica — o processo em que áreas férteis se tornam desérticas justamente em virtude das atividades humanas. É verdade, mas nem sempre — nem com o maior deserto do mundo, o Saara. Essa hipótese foi levantada na semana passada, num recente estudo da Nasa, a Agência Espacial Americana, publicado pela revista americana Science. *Os ecologistas acreditavam que o Saara, com cerca de 9 milhões de quilômetros quadrados, aumentava ano a ano. Ao contrário do que supunham, porém, uma comparação entre fotos de satélite colhidas durante uma década mostram um movimento diferente. Nos últimos seis anos, por exemplo, o deserto diminuiu 713 000 quilômetros quadrados.*

A descoberta joga areia nos planos mirabolantes para a contenção de um suposto avanço do Saara sobre a região do Sahel, ao sul do deserto, considerada uma faixa de transição entre as dunas de areia e a vegetação das savanas africanas. A região é habitada por pastores nômades e se tornou mundialmente famosa pelas cenas de miséria registradas nos povoados. O Sahel era considerado um trecho marcado para ser engolido pelo deserto. A ONU, a Organização das Nações Unidas, estudava a viabilidade de executar um projeto através do qual se plantariam fileiras de árvores, que serviriam de "muro verde" e conteriam o avanço da areia. Os novos dados da Nasa mostram que a obra não será necessária: nos últimos seis anos, foi o deserto que perdeu terreno para o Sahel — e não o contrário, como os ecologistas acreditavam.

"O recuo do deserto" *In* Revista *Veja*, ed. 1193. p. 56.

1. **Introdução** (Exórdio) - "Os ecologistas costumam (...) aumentando em todo o mundo." Propõe-se o problema; é indicado o assunto, qual seja, a tese dos ecologistas, segundo a qual o aumento do deserto deve-se à ação humana.

   Núcleo da argumentação: Desenvolvimento da tese.

2. **Narração** - "Para eles, o desflorestamento (...) fileiras de árvores, que serviriam de 'muro verde' e conteriam o avanço da areia." É possível incluir aqui: "Os novos dados da Nasa mostram que a obra

não será necessária". O assunto foi discutido e desenvolvido com o intuito de negar o que aparece na introdução.

3. **Provas** - "Essa hipótese foi levantada na semana passada, num recente estudo da Nasa, a Agência Espacial Americana, publicado pela revista americana *Science* (...) Ao contrário do que supunham, porém, uma comparação entre fotos de satélite colhidas durante uma década mostram um movimento diferente. Nos últimos seis anos, por exemplo, o deserto diminuiu 713 000 quilômetros quadrados."

   Por estes exemplos percebe-se o uso de dados científicos para comprovar a tese apresentada durante a narração, segundo a qual o deserto ao invés de crescer, diminuiu.

   É objetivo da prova garantir a veracidade do que se afirma; ela deve propiciar o surgimento de um **efeito de verdade**, de algum grau de verossimilhança, com relação ao assunto apresentado.

4. **Conclusão** (Peroração) - "(...) nos últimos seis anos, foi o deserto que perdeu terreno para o Sahel — e não o contrário, como os ecologistas acreditavam." Por uma questão de lógica do núcleo conclusivo, é possível agregar desde "Os novos dados da Nasa". A retomada do assunto vem acompanhada de mais dados ("nos últimos seis anos"), sempre com a preocupação de negar a visão dos ecologistas e afirmar o que evidenciam os dados da ciência.

O que mostramos foi a seqüência mais comum presente nos textos argumentativos/dissertativos. No entanto, algumas alterações neste esquema podem ocorrer. Os textos literários, por seu turno, sobretudo os modernos, costumam mudar a estrutura estudada.

Ainda a coerência: teses, hipóteses, argumentos

Produzir textos dissertativos, de convencimento, persuasivos implica em formular hipóteses sobre temas a serem desenvolvidos, escolher teses e arrolar argumentos defensáveis, capazes de conquistar a adesão de ouvintes ou leitores.

A **hipótese** tem uma natureza afirmativa. São as possíveis respostas a serem dadas ao problema colocado. A **tese** é aquela hipótese eleita como a mais adequada para ser desenvolvida, daí ter a necessidade de ser justificada, comprovada, posta na situação de poder sustentar-se enquanto verdade enunciada. A **argumentação** é propriamente o procedimento que tornará a tese aceitável. A apresentação dos argumentos e

suas provas dará a força do convencimento e da persuasão, atingindo os interlocutores em seus objetivos, visões de mundo, desejos, vontades.

Simulemos uma situação a fim de aclarar melhor esta questão. Vamos admitir que nos solicitem uma dissertação sobre o tema da poluição ambiental; como poderíamos montar nosso esquema da hipótese aos argumentos?

1. Hipóteses

1.1. A poluição só será controlada quando a polícia prender os agressores da natureza.
1.2. O controle da poluição acontecerá quando os interesses econômicos privados deixarem de se colocar acima dos interesses da sociedade.
1.3. Só a educação do povo evitará o aumento da poluição.
1.4. A poluição será controlada se os cidadãos fizerem campanhas contra os agentes poluidores.
1.5. E assim por diante.

Destacamos a hipótese 1.2 e a transformamos em **tese**, algo que poderia ficar assim:

A poluição é provocada pelo fato de as fábricas de automóveis, as indústrias químicas, os grandes proprietários rurais, os monopólios extrativistas possuírem interesses que não coincidem com os do resto da sociedade.

Fixada a **tese**, trata-se de arrolar **argumentos** e **provas** que demonstrem ser ela mais válida e defensável do que 1.1, 1.3 e 1.4.

É claro que a sustentação do ponto de vista vai exigir a feitura de um plano de trabalho que decorra de pesquisas realizadas sobre o tema.

Esses procedimentos ajudarão a tornar o texto mais coerente, logo, em condições de influenciar os ouvintes ou leitores.

5

A coesão textual

"A língua se forma e se configura no discurso, atualizado em frases. Aí começa a linguagem."

(Émile Benveniste)

Líderes empresariais,

Vivemos mais uma grave crise, repetitiva dentro do ciclo de graves crises que ocupa a energia desta nação. A frustração cresce, e a desesperança não cede. Empresários empurrados à condição de liderança oficial se reúnem, em eventos como este, para lamentar o estado das coisas. O que dizer sem resvalar para o pessimismo, a crítica pungente ou a auto-absolvição?

É da história do mundo que elites nunca introduziram mudanças que favorecessem a sociedade como um todo. Estaríamos nos enganando se achássemos que estas lideranças empresariais aqui reunidas teriam a motivação para fazer a distribuição de poderes e rendas que uma nação equilibrada precisa ter. Aliás, é ingenuidade imaginar que a vontade de distribuir renda passe pelo empobrecimento da elite. É também ocioso pensar que nós, da tal da elite, temos riqueza suficiente para distribuir. Faço sempre, para meu desânimo, a soma do faturamento das nossas mil maiores e melhores empresas, e chego a um número menor do que o faturamento de apenas duas empresas japonesas. Digamos, a Mitsubishi e mais um pouquinho. Sejamos francos. Em termos mundiais somos irrelevantes como potência econômica, mas ao mesmo tempo extremamente representativos como população.

Precisamos parar de citar o Brasil como oitava potência do mundo (dado, aliás, incorreto), e aceitarmos a realidade de estarmos entre os 50 ou 60 países em termos de renda per capita. *Vivemos e produzimos para uma Espanha dentro do Brasil. Não mais do que 20 ou 30 milhões de pessoas podem ser consideradas consumidores. E as grandes capitais têm demonstrado que está cada vez mais difícil imitarmos os ingleses do começo do século, que podiam jogar* cricket *em gramados meticulosos enquanto massas de miseráveis se mantinham à distância. Vivemos encarcerados em nossas casas, selecionando da população de pobres aqueles que nos protegerão dos outros pobres.*

Por outro lado, começa a ficar patente que o empresariado nacional não está preparado para atravessar a ponte em direção ao Primeiro Mundo. Entre outras razões, porque tem mantido uma relação incestuosa com o poder, sendo incapaz de fazer valer o tão citado e

03637939
Biblioteca Universitária
UFSC

pouco aplicado conceito de livre iniciativa. É claro que generalizações sempre implicam injustiças, e as honradas exceções devem me perdoar. Mas não estaríamos nesta situação se os donos do dinheiro deste país tivessem dado um basta às negociatas, à corrupção e ao imediatismo que nos caracterizam hoje.

A questão da obsolescência dos parques fabris, da necessidade de buscar produtividade, qualidade e outros conceitos tais é secundária quando comparada com a falta de uma mentalidade moderna. O empresariado continua reclamando diminuição de impostos, retração do Estado e liberdade de mercado. Ao mesmo tempo, faz lobby *para impedir que as tarifas de importação caiam e busca a reintrodução de subsídios. Tem súbita simpatia pelo conceito de participação nos lucros assim que publica balanços com os piores prejuízos. Quer a livre negociação nos salários apenas quando há mais de um milhão de desempregados rodando as suas fábricas. Talvez seja hora de perceber que este oportunismo coletivo só fará reprisarmos o filme do país decadente que está nas telas.*

Agora, a elite empresarial se cotiza para encontrar maneiras de viabilizar a governabilidade deste país. Ora, não estaríamos recorrendo ao simpósio do desespero ao fazê-lo? Algum de nós acreditaria se nosso executivo-chefe nos dissesse que considera a nossa empresa inadministrável? O fato é que existem administradores competentes ou incompetentes. A coisa não é diferente quando se trata de um país.

Nunca fui da opinião que o empresariado nacional é incompetente. É até dos mais competentes do globo, na medida em que convive com uma conjuntura política e econômica surrealista. Mas, por seu conservadorismo, tem preferido deixar as coisas como estão. Afinal, hoje as empresas sabem como conviver com a inflação, com choques econômicos e com trocas de ministro.

Mais uma vez, nestas oportunidades sazonais que a história oferece, o empresariado está frente a uma bifurcação. Ou escolhe o caminho já conhecido de convivência amistosa com uma situação inadmissível, ou usa de seu poder relativo para ser agente de mudança. Se optar pela mudança efetiva terá que se aproximar, de forma transparente, dos legítimos representantes da população, incluídos aí Congresso e sindicatos, e promover uma alternativa viável. Que não será a de garantir governabilidade aos atuais gestores da maneira que estes a pedem. Mas sim através de uma coalizão suprapartidária que fixe

uma transição até o próximo governo, talvez até parlamentarista. Que dê ao presidente o que lhe falta, um corpo homogêneo de assistentes competentes e com poder real, para que a transição ocorra.

Para isso, seria vital que este grupo fosse capaz de tomar um rumo coletivo, que fosse capaz de se abstrair de seus interesses mais imediatos. Em suma, requereria uma tal mudança de postura que a hipótese é remota. Resta-nos, portanto, a alternativa de repensar nosso papel. Só nós podemos acabar com a corrupção, só nós podemos parar de financiar candidatos de passado duvidoso. Só nós podemos nos recusar a participar de concorrências fraudulentas ou declinar financiamentos estranhos. Se o fizermos, seremos a primeira grande exceção na história do mundo. Por mais que o Brasil tenha mania de grandeza, esta hipótese é também remotíssima.

Talvez a sugestão que fica é que procuremos nos recolher à realidade. Que não sejamos críticos vocais do governo em público e colaboradores por trás do palco. Que não gritemos sobre o excesso de corrupção quando somos as primordiais fontes da propina. Que não reclamemos a necessidade de privatização enquanto nossas empresas não forem eficientes.

Vamos achar nossos próprios caminhos de independência. Vamos declarar a nossa alforria em relação a governos incompetentes. Vamos procurar a livre iniciativa e a democracia dentro de nossos próprios mercados e empresas, e ganharmos o direito de reclamar. Vamos subir no conceito da população através de nossos atos. Depois, será fácil liderar movimentos intelectuais que apontem para rumos mais saudáveis para o país. Nós temos a incompetência governamental que merecemos. Afinal, sem nós, nenhum dos veículos de governo que atolaram o país neste lamaçal teria combustível para continuar acelerando. Vamos reduzir a octanagem, e fazer valer a regra de que carro atolado só sai da lama com suavidade e técnica. A nação, com lama respingada por todo lado, agradecerá.

Discurso de Ricardo Semler aos empresários. *Folha de S. Paulo*. 11/9/91. O autor também é empresário.

A constituição dos processos de coerência está diretamente vinculada aos da coesão textual. Ainda que tenhamos feito uma divisão didática, os mecanismos de coerência e coesão devem ser tratados como integrantes de uma unidade responsável pela formação do texto.

É difícil imaginar a progressão das idéias, a exposição de pontos de vista, sem que haja o correspondente encadeamento sintático, semântico, em que palavras estão relacionadas a palavras, frases a frases, parágrafos a parágrafos. Noutros termos, é necessário pensar o texto enquanto produto da fusão entre os níveis da **macro** (coerência) e da **microestrutura** (coesão).

No texto citado, por exemplo, temos a presença da **tese** segundo a qual os empresários ajudam a manter a miséria e a corrupção no país; de uma série de proposições que reforçam a tese; da narração e de provas que indicam a existência de uma nação dividida entre a fome e a miséria de milhões de pessoas e o oportunismo e a convivência com a corrupção patrocinada pelos empresários; da conclusão que requisita um repensar das relações existentes entre os empresários, o estado e a sociedade.

Estamos, assim, diante de certas regras de progressão discursiva, em que umas idéias se vinculam a outras formando um campo de sentido que permite ao leitor deduzir a tese que está sendo defendida.

No entanto, existe também no exemplo estudado um conjunto de enunciados que se ligam por determinadas regras sintáticas, por leis semânticas, postas segundo ordens de necessidade e presas à lógica dos antecedentes e conseqüentes, das causas e efeitos, das finalidades, das oposições.

Neste plano de encadeamento, romper com a lógica que preside a ligação dos enunciados pode vir a significar o comprometimento do todo que se deseja veicular. Numa formulação simples, podemos dizer que muito do processo de coesão nasce do fato de um enunciado **A** projetar em **B** determinados sentidos.

Exemplificando:

"Vivemos e produzimos para uma Espanha dentro do Brasil. Não mais do que 20 ou 30 milhões de pessoas podem ser consideradas consumidores."

A. "Vivemos e produzimos para uma Espanha dentro do Brasil."
B. "Não mais do que 20 ou 30 milhões de pessoas podem ser consideradas consumidores."

A liga-se a **B** através de elementos denotadores de exclusão: **não mais do que**.

Quer dizer, a comparação Brasil/Espanha, núcleo semântico do enunciado, foi recuperada plenamente em seu sentido final por **B** (20 ou 30 milhões) de **A**, graças à presença dos expedientes de microestrutura textual: os denotadores de exclusão **não mais**.

Com este expediente coesivo é possível afirmar que o plano da coerência, da lógica argumentativa, pode formular mais uma prova do atraso e do subdesenvolvimento brasileiro. Estamos em um país de 120 milhões de habitantes, onde apenas 20 ou 30 milhões podem ser considerados como integrando a vida nacional e participando do mercado de consumo. E isto, no âmbito geral do texto de Ricardo Semler, é considerado muito pouco.

Elementos de coesão Os recursos que tornam possível a existência da coesão podem ser encontrados em vários níveis: estão tanto nas relações entre palavras como entre frases e períodos. São formados por conjunções, preposições, diversos tipos de conectivos, expedientes relacionais, operadores argumentativos. O nome pouco importa, basta notar que se trata de um conjunto de elementos responsáveis pela passagem de uma a outra unidade de sentido.

Muitas vezes damos pouca importância a tais elementos. Não deveríamos. Afinal são eles, como se viu, os principais responsáveis pelo nível coesivo do texto. Por isso, é insuficiente considerá-los apenas como elementos de ligação, como muitas vezes ensina a gramática normativa, sendo preciso entendê-los também enquanto instâncias capazes de produzir significados.

O uso dos **conectivos** (mas, porém, embora, já que, pois, etc.); dos denotadores de **inclusão** (até, mesmo, também, inclusive, etc.); dos denotadores de **exclusão** (só, somente, apenas, senão, etc.); das **retificações** (aliás, ou melhor, isto é, etc.); dos índices **situacionais** (afinal, então, etc.) está fortemente implicado com a construção dos esquemas argumentativos.

É preciso atentar, contudo, a que tais elementos possuem funções distintas no interior dos enunciados. É se ler a seguinte passagem do texto de Ricardo Semler:

"É claro que generalizações sempre implicam injustiças, **e** as honradas exceções devem me perdoar. **Mas** não estaríamos nesta

situação **se** os donos do dinheiro deste país tivessem dado um basta às negociatas, à corrupção, **e** ao imediatismo que nos caracterizam hoje."

Os elementos grifados a título de exemplo funcionam não apenas para relacionar partes do período, mas também são definidores ou redefinidores de ordens de sentidos.

O **e** retifica a frase inicial lembrando que existem exceções no interior das generalizações. O **mas** promove o jogo do contrário, a adversão: existem aquelas exceções (entre os donos do dinheiro) que não estão ligadas aos esquemas da corrupção, **mas** persiste a corrupção porque a maioria (dos donos do dinheiro) continua alimentando-a. O **se** cria uma relação de condicionalidade: caso os donos do dinheiro não estimulassem as negociatas, a situação poderia ser outra. O **e** funciona como adição: o imediatismo é mais um dos aspectos que produziu a situação a que chegamos hoje.

Coesão e expressividade Em nossa linguagem cotidiana procuramos executar manobras coesivas, muitas vezes, com o intuito de melhorar a própria expressividade do enunciado. Vejamos alguns casos.

Em lugar de

- Comprei sorvetes. Dei os sorvetes a meus filhos.

usamos

- Comprei sorvetes. Dei-os a meus filhos.

Dei-**os** funciona como elemento relacional que recupera em **B** o que havia sido colocado em **A**. Neste caso, o objetivo é o de evitar o processo de repetição, considerado menos "nobre" por uma certa gramática normativa.

Em lugar de

- A Luísa ficou muito preocupada quando precisou escolher a escola onde matricularia os filhos. A Luísa sofreu muito, mas conseguiu resolver o problema da matrícula.

usamos

- A Luísa ficou muito preocupada quando precisou escolher a escola onde matricularia os filhos. Ela sofreu muito, mas conseguiu resolver o problema.

De novo os processos de recuperação de **A** em **B** se dão por via de expedientes que mantêm os mecanismos coesivos.

Problemas de coesão O uso indevido de elementos de ligação e mesmo a má escolha vocabular podem comprometer os processos coesivos do texto. Vejamos uma série de exemplos.

Ambigüidades

- "Quem cruzar pela primeira vez, num encontro social, com o psiquiatra Sérgio de Paula Ramos poderá não fazer idéia de que esteja diante de um dos maiores especialistas no consumo de drogas."

(Revista *Veja*, 24/7/91.)

A passagem termina de forma ambígua e só se resolve pela leitura do resto do texto. Falar que alguém é um dos maiores especialistas no consumo de drogas pode dar a idéia não de um conhecedor do assunto, um estudioso do tema, como é o caso do psiquiatra citado na passagem, mas de um consumidor do produto.

- "O texto mostra a realidade dos tempos antigos e a dificuldade de nós penetrarmos na sua natureza."*

Há uma série de anafóricos — palavras ou expressões por meio das quais retomamos termos já enunciados e que mal utilizados criam ambigüidades. É o caso do **sua** posto acima. Cabe aqui uma pergunta: **sua**, de quem? O pronome possessivo está se referindo a "o texto" ou "a realidade dos tempos antigos"?

É preciso cuidado no uso dos pronomes possessivos (seu, sua); dos demonstrativos (este, esta, esse, essa, aquele, aquela); dos relativos (que, o qual, cujo, onde).

Uso impróprio de termos

- "Os professores deveriam ministrar freqüentemente a dissertação bem orientada e discutível entre os alunos."*

Colocar **discutível** em lugar de **discutida** altera totalmente o sentido da passagem. *Discutível* quer dizer "problemático, incerto, duvidoso". E não era isto, evidentemente, o que desejava dizer o autor da frase.

- "A primeira obrigação do professor de português é dominar a gramática totalmente, tem que saber a gramática totalitária."*

Outro caso de quebra de coesão. Agora pretendia-se atribuir ao professor de português a missão de conhecer a gramática da língua em todos os seus aspectos. O termo **totalitária** tem outras implicações, a menos que se estivesse, no caso, inventando alguma nova modalidade da gramática: a de tipo ditatorial, autoritária.

Dificuldades no uso dos conectivos

Serão arrolados alguns exemplos que revelam quebra na relação de causa e efeito; emprego indevido de concessivas, relativas, conclusivas; falta completa de coesão.

- "Estou completando dezoito anos. E apesar de completar dezoito anos não gosto de levantar cedo."*

- "Encontrei apenas belas palavras o qual não duvido da sinceridade de quem as escreveu."*

- "Primeiramente, achei gozado aqueles dois presentes, pois concluo que nunca deveria esquecer a minha infância."*

- "Manuel Bandeira defendia a libertinagem, isto é, era favorável à liberdade de expressão."*

- "O fator sexo, raça, classe sempre permaneceu incerto na história da humanidade."*

- "Hoje é a era da informática, como ontem foi a era da mão-de-obra humana."*

- "O Renato é meu filho, mas ele gosta de tocar guitarra."*

Mecanismos de coesão Até aqui foi possível perceber que:

a) o processo de coesão possui forte responsabilidade na construção de unidades verbais significativas;
b) os expedientes relacionais, conectivos, os operadores argumentativos não são apenas partículas de ligação, mas executam também funções coesivas diferenciadas: levam à conclusão, à adversão e instauram procedimentos de causa e conseqüência.

A estas observações cabe agregar o fato de que os mecanismos coesivos podem realizar-se em contextos verbais mais amplos, por exemplo: por jogos de elipses, por força semântica, por recorrências lexicais, por estratégias de substituição de enunciados. Vamos apontar aqui alguns destes mecanismos.

Coesão por elipse

- "O empresariado continua reclamando diminuição de impostos, retração do Estado e liberdade de mercado. Ao mesmo tempo, faz *lobby* para impedir que as tarifas de importação caiam e busca a reintrodução de subsídios."*

Ao passar-se da primeira sentença "O empresariado (...) liberdade de mercado" para a segunda, omitiu-se a palavra *empresariado*:

"Ao mesmo tempo, (*o empresariado*) faz *lobby* para impedir que as tarifas de importação caiam e (o empresariado) busca a reintrodução de subsídios."*

Neste caso estamos diante de um procedimento que pode ser chamado de **coesão por elipse**. É que o termo posto no enunciado **A** (empresário) possui tal força semântica que sua presença, por estar subentendida, foi dispensada em **B**.

Coesão por referência

- "Vou-me embora pra **Pasárgada**. **Lá** sou amigo do rei. **Lá** tenho a mulher que eu quero."

(Manuel Bandeira)

Lá funciona como advérbio que retoma a referência **Pasárgada** e permite dar continuidade ao enunciado sem qualquer comprometimento do sentido.

A coesão por referência pode ser obtida pelo uso de pronomes pessoais, possessivos e demonstrativos, advérbios de lugar, artigos definidos.

Outros exemplos:

- "Diminuíra a agitação da **praça**. Cortavam-**na** os últimos retardatários."

(Euclides da Cunha)

- "A **minha filha Sílvia** gosta de música. **Ela** quer aprender a tocar piano."*
- "**Caetano Veloso, Chico Buarque** e **Gilberto Gil** são grandes músicos. **Suas** carreiras iniciaram-se praticamente ao mesmo tempo."*

O recurso à coesão por referência é também uma forma de evitar repetições desnecessárias, imprimindo ao enunciado maior elegância expressiva.

Coesão pelo léxico

- "Ruy Barbosa estava no ocaso de sua vida pública e na véspera de sua morte, que se daria em 1923. Era naquele momento o grande cabeça nacional, o gênio da oratória."

(Otto Lara Resende)

Pode-se formular a seguinte equação: Ruy Barbosa = grande cabeça nacional; Ruy Barbosa = o gênio da oratória.

Quer dizer, estamos diante de substituições, quase sempre metonímicas, que não comprometem o sentido por vincularem nomes e situações a sinônimos conhecidos.

- "**Pelé** foi o maior jogador do mundo. **O rei do futebol** levou o Santos a grandes conquistas."*
- "**São Paulo** é uma grande cidade. **A capital dos paulistas** possui quase quinze milhões de habitantes."*
- "**Ayrton Senna** devolveu com palavrões todas as injustiças que sofreu. **O vencedor profissional da F1** é agora um homem aliviado."*

(*Folha de S. Paulo*. 21/10/91)

Coesão por substituição[1]

Em lugar de

- "Todos foram socorrer os acidentados. Graças ao fato de que todos foram socorrer os acidentados ninguém morreu."*

fica melhor

- "Todos foram socorrer os acidentados. Graças a isso ninguém morreu."*

Em lugar de

- "Convivem nas sociedades modernas as grandes fortunas e os milhões de famintos. A gravidade da situação de existência das grandes fortunas e dos milhões de famintos exige mudanças."*

pode ser formulado:

- "Convivem nas sociedades modernas as grandes fortunas e os milhões de famintos. A gravidade da situação exige que isso mude."*

Como se percebe, nas sugestões de alteração dos enunciados a informação foi garantida porque houve substituição pertinente da unidade significativa presente em **A** por **B**. Tal operação foi possível pela utilização de formas do tipo: **a isso**, **que isso**.

Quadros referenciais Façamos a síntese de alguns elementos de ligação, expedientes conectivos, articuladores sintáticos, operadores argumentativos que exerçam funções no plano frásico e interfrásico com vistas à coesão textual.

É útil, neste ponto, rever em alguma gramática o que são conjunções e preposições, menos com o intuito de guardar os seus nomes e mais objetivando reconhecer suas funções enquanto marcas importantes para a criação dos textos dissertativos/argumentativos.

---

1. Trabalhada por: Abreu, Antônio Suarez. *Curso de redação*. São Paulo, Ática, 1989. p. 15.

1. Indicadores de oposição, contraste, adversão

Preposições, conjunções e locuções	mas, porém, contudo, todavia, entretanto, no entanto, embora, contra, apesar de, não obstante, ao contrário, etc.[2]

2. Indicadores de causa e conseqüência

Preposições, conjunções e locuções	porque, visto que, em virtude de, uma vez que, devido a, por motivo de, graças a, sem razão de, em decorrência de, por causa de, etc.

3. Indicadores de finalidade

Preposições, conjunções e locuções	a fim de, a fim de que, com o intuito de, para, para a, para que, com o objetivo de, etc.

4. Indicadores de esclarecimento

Preposições, conjunções e locuções	vale dizer, ou seja, quer dizer, isto é, etc.

2. Ainda que adversativas e concessivas indiquem a existência de contradição, o fazem em níveis diferentes. As concessivas (embora, apesar de, não obstante, mesmo que, etc.), conquanto ligando orações marcadas por idéias contrárias, não impedem a realização do que vem expresso na oração principal.
Ex: *Embora jogando sem vários jogadores titulares, o Corinthians será campeão.*

5. Indicadores de proporção

Preposições, conjunções e locuções	à medida que, à proporção que, ao passo que, tanto quanto, tanto mais, a menos que, etc.

6. Indicadores de tempo

Preposições, conjunções e locuções	em pouco tempo, em muito tempo, logo que, assim que, antes que, depois que, quando, sempre que, etc.

7. Indicadores de condição

Preposições, conjunções e locuções	se, caso, contanto que, a não ser que, a menos que, etc.

8. Indicadores de conclusão

Preposições, conjunções e locuções	portanto, então, assim, logo, por isso, por conseguinte, pois, de modo que, em vista disso, etc.

6

Argumentação e diálogo textual

"Toda palavra serve de expressão de um em relação ao outro. Através da palavra, defino-me em relação ao outro, isto é, em última análise em relação à coletividade. A palavra é uma espécie de ponte entre mim e os outros. Se ela se apóia sobre mim numa extremidade, na outra apóia-se sobre o meu interlocutor. A palavra é o território comum do locutor e do interlocutor."

(Mikhail Bakhtin)

Canção do exílio

"Kennst du das Land, wo die Zitronen blühen,
Im dunkeln Laub die Gold-Orangen glühen?

.....

Kennst du es wohl? — Dahin, dahin!
Mocht' ich (...) ziehn."

Goethe

"Minha terra tem palmeiras,
Onde canta o Sabiá;
As aves que aqui gorjeiam,
Não gorjeiam como lá.

Nosso céu tem mais estrelas,
Nossas várzeas têm mais flores,
Nossos bosques têm mais vida,
Nossa vida mais amores.

Em cismar, sozinho, à noite,
Mais prazer encontro eu lá;
Minha terra tem palmeiras,
Onde canta o Sabiá.

Minha terra tem primores,
Que tais não encontro eu cá;
Em cismar — sozinho, à noite —
Mais prazer encontro eu lá;
Minha terra tem palmeiras,
Onde canta o Sabiá.

Não permita Deus que eu morra,
Sem que eu volte para lá;
Sem que desfrute os primores
Que não encontro por cá;
Sem qu'inda aviste as palmeiras,
Onde canta o Sabiá."

Coimbra, Julho de 1843
DIAS, Gonçalves. *Obras poéticas*. Org.
Manuel Bandeira. São Paulo,
Companhia Editora Nacional, 1944, t. 1. pp. 21-22.

Canto de regresso à pátria

"Minha terra tem palmares
Onde gorjeia o mar
Os passarinhos daqui
Não cantam como os de lá

Minha terra tem mais rosas
E quase que mais amores
Minha terra tem mais ouro
Minha terra tem mais terra

Ouro terra amor e rosas
Eu quero tudo de lá

Não permita Deus que eu morra
Sem que eu volte pra São Paulo
Sem que eu veja a rua 15
E o progresso de São Paulo"

ANDRADE, Oswald de. *Poesias reunidas*. 3ª ed.
Rio de Janeiro, Civilização Brasileira,
1972. p. 82

A leitura dos textos citados mostra que entre ambos existe uma certa recorrência temática e mesmo formal. Dedicam-se a elaborar imagens do Brasil, quer de modo cerimonioso, exaltativo, quer crítico/irônico.

É fácil perceber que o poema de Gonçalves Dias aparece reatualizado no de Oswald de Andrade; o "Canto de regresso à pátria" foi buscar na "Canção do exílio" elementos para recolocar uma série de conceitos e idéias acerca do nosso país.

Esse movimento — conquanto nem sempre revelado de maneira tão clara — é permanente na linguagem e gera conseqüências tanto para quem escreve textos como para quem os lê. Locutores e interlocutores precisam, particularmente no caso dos discursos argumentativos/dissertativos, de um certo nível de formação e informação a fim de poderem formular ou compreender o que se afirma numa certa peça de convencimento. E o mecanismo mais prático encontrado pela humanidade para formar/informar pessoas continua sendo a linguagem.

Ora, se os textos vivem dialogando permanentemente uns com os outros — como se leu no exemplo —, é fundamental desenvolvermos a consciência de que os nossos próprios textos resultam deste diálogo. Escrever ou ler com alguma eficiência é também o resultado do grau de inserção nas relações intertextuais.

Como se vê, ler mal, por exemplo, nem sempre é apenas decorrência de problemas vinculados à alfabetização, mas pode resultar da simples desinformação com referência ao assunto apresentado. Ou, nos nossos termos, falta vivência intertextual; não ocorre participação no diálogo que existe naturalmente entre os vários textos.

Atente para a notícia abaixo:

> "Conselheiro do IRA é assassinado na Irlanda
>
> Um político ligado ao IRA (Exército Republicano Irlandês) foi assassinado em Londonderry, nordeste do país. Nenhum grupo político se responsabilizou pelo ataque, mas aparentemente extremistas protestantes praticaram o crime, em resposta à morte de um soldado protestante."
>
> (*Folha de S. Paulo*, 17/9/91)

Os leitores do jornal, para entender esta notícia, precisam estar munidos de um conjunto de informações. A saber:

a) O que é o IRA, quais são seus objetivos, os motivos de sua existência; se se trata de uma organização legal ou ilegal; se age apenas na Irlanda ou tem ramificações em outras partes do mundo.
b) Onde ficam Londonderry e a Irlanda; quais as particularidades históricas do país; por que o IRA existe na Irlanda.
c) Quais os motivos que teriam levado à morte do soldado protestante; se o IRA tem relação com alguma religião; se a reação protestante faz sentido no contexto da Irlanda.

Quem escreveu a matéria partiu do pressuposto de que os leitores do jornal possuíam referências e informações capazes de prescindir das respostas às perguntas sugeridas acima. No entanto, sabemos que muitas pessoas leram a notícia, entenderam, mas não compreenderam. Ou seja, a pressuposição do jornalista pode não se confirmar em razão de inexistir, por parte do leitor, convivência com outros textos que ensinam o que é o IRA, onde fica a Irlanda, as razões pelas quais os assassinatos foram praticados.

Seria necessário, para uma plena compreensão da notícia, que o leitor houvesse apreendido, por meio de algum mecanismo de linguagem, que a Irlanda vive há anos numa crise motivada tanto pelo desejo de se tornar independente da Inglaterra como pelos conflitos envolvendo católicos e protestantes no norte e sul do país.

Ler e escrever não é, portanto, apenas uma questão de domínio do sistema da língua, mas de participação no processo dialógico, interlocutivo, que permite a recuperação, atualização e realização de textos marcados pelas variadas experiências culturais que nos circundam.

O entretecer da linguagem As afirmações feitas anteriormente podem ser sintetizadas no seguinte: os textos resultam de uma organização singular dos materiais interdiscursivos, inter e intratextuais. Vejamos em detalhe como isto acontece.

Relações interdiscursivas

Já estudamos as noções de texto e discurso; revê-las contribuirá para o entendimento do que será dito aqui.

Vimos que, quando escrevemos, consideramos com maior ou menor consciência o fato de o nosso texto dialogar com outros textos, conquanto estes não apareçam citados ou representados diretamente. Por exemplo, o poema "Canção do exílio", de Gonçalves Dias, revela o ambiente social, político e cultural da primeira fase do Romantismo brasileiro.

O nosso poeta incorporou em seus versos o sentimento de afirmação nacional que marcava a geração formada em torno do processo de independência política do Brasil. Geração de José Bonifácio, Araújo Porto Alegre, Januário da Cunha Barbosa e outros que desejavam criar o perfil da nova nação, mostrando, conquanto muitas vezes de forma idealizada, suas particularidades antropológicas, naturais e culturais.

Nota-se, portanto, que Gonçalves Dias celebra em seus versos uma tendência, um sentimento, um desejo latente na sociedade brasileira: afirmar a nação. O que existe, neste sentido, do ponto de vista da linguagem, é a materialização em um texto do que está presente em muitos discursos.

Posto de outro modo, o **discurso amplo** de valorização nacional termina sendo incorporado singularmente por Gonçalves Dias. A voz geral ecoa na voz particular. Daí podermos falar em relação interdiscursiva.

É provável que sem aquele discurso "maior", presente nos formadores da consciência da nacionalidade, o "menor", de Gonçalves Dias, inexistiria.

Percebam como muitas vezes dizemos coisas das quais nos arrependemos, sobretudo quando tomamos consciência de que estamos apenas dando prosseguimento a conceitos alheios, quando não aos mais arraigados preconceitos, a idéias que circulam pela sociedade e as quais assumimos como se fossem carregadas da mais completa originalidade.

Em quantas discussões nos envolvemos, defendendo ou criticando temas como a prática do aborto, a pena de morte, o parlamentarismo, o presidencialismo e outros, sem nos darmos conta de que sobre eles pouco pensamos e, menos ainda, amadurecemos pontos de vista.

Por estas constatações dá para entender por que é necessário existir uma relação menos ingênua, mais crítica, com os discursos. No entanto, afirmar que idéias se reatualizam em idéias, valores em valores, conceitos em conceitos, não deve causar estranheza no âmbito dos estudos de linguagem. Isto porque, tendo ela dimensão social, histórica, estando

implicada nas relações humanas, é natural que venha a sustentar os jogos dialogais, as intercorrências discursivas. Daí também a razão de os movimentos interdiscursivos reapresentarem-se em nossos atos de fala, em nossos textos, ajudando a formar, transformar, conformar, reformar visões que tenhamos das coisas.

Relações intertextuais

Alguns textos vivem se referindo a outros através de citações mais ou menos explícitas. Comparem a segunda estrofe da "Canção do exílio" com a oitava do "Hino Nacional Brasileiro":

"Nosso céu tem mais estrelas,
Nossas várzeas têm mais flores,
Nossos bosques têm mais vida,
Nossa vida mais amores."

"Do que a terra mais garrida
Teus risonhos, lindos campos têm mais flores,
'Nossos bosques têm mais vida'
'Nossa vida' no teu seio 'mais amores'."

É praticamente a mesma coisa. O hino atualizou não apenas a dimensão interdiscursiva, mas também a intertextual. Um texto foi para dentro do outro e a citação aparece, neste caso, de modo explícito.

Tal mecanismo, que consiste na apropriação de um texto (ou textos) de base para a composição de um outro (outros textos), pode ser encontrado, ainda, por exemplo, nos sermões proferidos pelos padres nas igrejas. Eles comentam passagens da *Bíblia*, citando-as muitas vezes literalmente, com o intuito de fazer considerações sobre o mundo presente: são julgamentos éticos, conselhos práticos, recomendações espirituais. Forma-se, assim, um movimento intertextual, a partir do qual o padre enleva ou critica determinadas situações, predica acerca do bem e do mal, indica quais os caminhos da salvação, faz ver quem irá para o reino do céu ou para o fogo do inferno.

De certo modo, quando o professor solicita uma dissertação e recomenda a feitura de pesquisa anterior, nada mais está fazendo do que indicar a necessária recuperação de elementos interdiscursivos e

intertextuais como parte de um procedimento para se construir argumentos mais eficazes.

Relações intratextuais

Há certos autores que, ao escrever, se referem a si mesmos. Produzem textos utilizando passagens de outros textos que já haviam escrito ou que estão escrevendo. É este o processo de intratextualidade ou, como querem alguns, autotextualidade.

Affonso Romano de Sant'Anna[1] lembra o caso clássico de Manuel Bandeira no poema "Antologia":

"A vida
Não vale a pena e a dor de ser vivida.
Os corpos se entendem mas as almas não.
A única coisa a fazer é tocar um tango argentino.

Vou-me embora pra Pasárgada!
Aqui eu não sou feliz.
Quero esquecer tudo:

— A dor de ser homem...
Este anseio infinito e vão
De possuir o que me possui.

Quero descansar
Humildemente pensando na vida e nas mulheres que amei...
Na vida inteira que podia ter sido e que não foi.

Quero descansar.
Morrer.
Morrer de corpo e de alma.
Completamente.
(Todas as manhãs o aeroporto em frente me dá
lições de partir.)

1. *Paródia, Paráfrase e Cia.* São Paulo, Ática, 1985. p. 63.

Quando a Indesejada das gentes chegar
Encontrará lavrado o campo, a casa limpa,
A mesa posta,
Com cada coisa em seu lugar."

Como se vê, Manuel Bandeira, para criar "Antologia", fez uso de versos extraídos de uma série de outros poemas que já havia publicado. É claro que, neste caso, o mecanismo dialógico, de apropriação intratextual, foi básico para se criar um novo efeito poético.

Formas de apropriação Falamos muito em apropriação textual; é preciso considerar, porém, que a realização de tal mecanismo pode ocorrer de modos diferentes. Consideremos as duas mais importantes: paráfrase e paródia.

Paráfrase

O que ocorreu nos exemplos de apropriação de "Canção do exílio" pelo "Hino Nacional" e da *Bíblia* pelo padre foi paráfrase.

Digamos que a paráfrase ocorre quando existe uma grande proximidade entre o texto de base e o que dele se apropriou.

Assim, toda vez que recontamos um filme ou um livro, reescrevemos uma idéia, reelaboramos argumentos e reapresentamos teses, refazemos percursos de linguagem já percorridos e estamos diante de formas mais ou menos fortes de paráfrase.

Alguém poderá, por exemplo, numa variante rápida e superficial, dizer que o romance *Dom Casmurro* narra a história de um casal, Bentinho e Capitu, infelicitado pela desconfiança do marido quanto à fidelidade da esposa.

Isto nada mais é do que uma paráfrase. Ou seja, contou-se com outras palavras o que foi dramatizado por Machado de Assis. Como se pode perceber, o problema com a paráfrase dos textos literários é que ela não deixa entrever até onde o leitor penetrou na complexidade narrativa. É por isso que os professores de literatura solicitam aos alunos, na análise de romances, contos, poemas, evitar — até por ser impossível eliminar — o uso da paráfrase.

As apropriações parafrásicas são intensamente utilizadas, ainda que possam variar os esquemas expressivos, por exemplo, nas redações dos exames vestibulares. Dado o tema, os candidatos costumam desenvolver dissertações pautadas em argumentos fornecidos pelos veículos de comunicação de massa, em juízos superficiais, em opiniões dadas como expressão da "verdade". Daí resultarem, com muita freqüência, dissertações estereotipadas, produtos da "voz comum" instrumentalizadora dos três ou até mesmo dos quatro argumentos permanentemente repetidos.

Paródia

Ocorre que nem toda apropriação resulta do estreitamento da distância entre os textos de referência e o referido. Há casos em que o desvio aumenta e com isso irrompe a ironia, a crítica mordaz, a blague: o texto de base é modificado ao som da piada e da irreverência.

Parodiar é, portanto, um ato de linguagem que extrai de textos já existentes — no geral de larga divulgação — elementos que acabarão desqualificando estes mesmos textos. Por isso, a paródia pode ser concebida como estratégia de quebra dos mitos, de corrosão dos valores consagrados socialmente, de alteração dos conceitos cristalizados, sempre sob o domínio do gesto gozador, engraçado, cômico, irônico.

Essa tendência foi largamente desenvolvida no Brasil a partir da eclosão do movimento modernista de 1922, do qual participaram, entre outros, Oswald de Andrade, Mário de Andrade, Heitor Villa-Lobos, Vítor Brecheret.

O Modernismo pretendeu fazer a crítica mordaz do academicismo, do comportamento conservador, do reacionarismo, que eram marcas de uma cultura de extração burguesa e patriarcal existente entre nós.

Para entender melhor a questão do texto paródico, retomemos a "Canção do exílio" e o "Canto de regresso à pátria". No primeiro, incorpora-se o clima de afirmação nacional existente nas décadas iniciais do século XIX e que irá marcar uma geração inteira do nosso Romantismo, inclusive José de Alencar. Já no segundo, usa-se a forma básica do texto de Gonçalves Dias, a fim de não apenas se rever criticamente os modelos idealizados do Romantismo, mas também de se reler concepções e fatos presentes na vida e na história do país.

Oswald de Andrade, ao mesmo tempo que trata ironicamente a mentalidade exaltativa da nação, lembra o esquecido episódio do Quilombo dos Palmares — através do sutil deslocamento fônico palmeiras/palmares — e coloca em discussão o problema da modernidade contida na sugestão do ritmo de São Paulo.

Na mesma linha de apropriação paródica feita por Oswald de Andrade, encontramos outra "Canção do exílio", agora escrita pelo poeta mineiro moderno Murilo Mendes:

Canção do exílio

"Minha terra tem macieiras da Califórnia
onde cantam gaturamos de Veneza.
Os poetas da minha terra
são pretos que vivem em torres de ametista,
os sargentos do exército são monistas, cubistas,
os filósofos são polacos vendendo a prestações.

A gente não pode dormir
com os oradores e os pernilongos.
Os sururus em família têm por testemunha a Gioconda.

Eu morro sufocado
em terra estrangeira.
Nossas flores são mais bonitas
nossas frutas mais gostosas
mas custam cem mil-réis a dúzia.
Ai quem me dera chupar uma carambola de verdade
e ouvir um sabiá com certidão de idade!"

MENDES, Murilo. *O menino experimental. Antologia poética.* São Paulo, Summus, 1979. p. 31.

Não é difícil perceber que o poeta, conquanto inspirado em Oswald de Andrade, portanto executando um movimento dialogal da linguagem, está ironizando o tematizado por Gonçalves Dias.

Amplia-se aqui, assim, a crítica ao país descaracterizado — as carambolas são de mentira e os sabiás falsos — com sua indefinição

cultural, seus excessos retóricos, sua poesia de gosto duvidoso, seus filósofos diluidores de teorias gestadas longe daqui.

Nesta medida, uma "Canção do exílio", a de Murilo Mendes, desviou-se da outra, escrita por Gonçalves Dias, instaurando um processo desafiador e ao mesmo tempo crítico que provoca, seguramente, grande impacto no leitor.

A paródia tem sido utilizada com freqüência por quase todas as linguagens: a música, o cinema, a televisão, a pintura, o teatro.

Vejamos alguns exemplos.

Há um filme clássico, *Casablanca*, dirigido por Michael Curtiz, em 1942, que mereceu uma série de apropriações paródicas. Isto foi feito por Woody Allen, em *Sonhos de um sedutor*, e no final da novela *Roque Santeiro*, sucesso da televisão brasileira em passado recente.

O *Programa legal*, da TV Globo, montou sua estratégia discursiva básica nos esquemas da paródia, no que, aliás, foi precedida pela *TV Pirata*, da mesma emissora. Ou seja, o texto que serve de roteiro ao *Programa legal* é resultado, comumente, das apropriações feitas junto à própria linguagem da tevê: *shows*, novelas, noticiários. Claro está que o modo como o *Programa legal* incorpora o universo "sério" da mídia é pela via da blague, da ironia, da gozação.

Enfim Caberia perguntar por que se deve considerar o problema da interdiscursividade, da inter e da intratextualidade numa obra voltada à dissertação, à argumentação.

Isto se deve ao fato de os textos serem constituídos a partir de **lugares históricos**. Ou seja, ao escrevermos, lermos, recebermos, produzimos uma série de influências que passam por instâncias sociais, culturais, de interesses. Assim, vivemos em permanente diálogo com os vários discursos circundantes. "Falamos" com outros textos, referimo-nos, de maneira mais ou menos direta, a eles. É neste vasto movimento de linguagem que buscamos elementos para sustentar nossas teses, nossos pontos de vista.

Assim sendo, quanto maior for o diálogo mantido com outros discursos, mais aptos estaremos tanto para a compreensão dos argumentos alheios como para a produção dos nossos próprios.

7

Outros mecanismos argumentativos

"A argumentação é uma ação que tende sempre a modificar um estado de coisas preexistentes."

(Ch. Perelman & L. Olbrechts-Tyteca)

O leitor Marcelo Procópio de Oliveira, de Lavras, interior de Minas Gerais, ligou na quinta-feira para saber por que a Folha *insiste em chamar a União Soviética de "ex-URSS". Ele estava especialmente encafifado com a notícia exposta na primeira página, segundo a qual a "ex-URSS" iria retirar suas tropas de Cuba. "Como um país que já era pode fazer tal coisa? E o Gorbatchev, é presidente do quê? Daquilo que não é mais?"*

Relatei-lhe que a denominação vinha sendo usada havia alguns dias e depois de o jornal ter dado manchete na qual decretara o fim da União Soviética, no dia 26 de agosto: "Acabou a União Soviética". Na crítica interna daquele dia eu mesmo questionara esse enunciado: "Se acabou a União Soviética, então Mikhail Gorbatchev é presidente do quê? Então por que chamar Boris Ieltsin de homem forte da URSS hoje?"

Procurava-se transmitir com aquele enunciado, é óbvio, algo próximo do real, ou seja, a desagregação ou flagrante desunião da união das repúblicas ditas soviéticas. Naquele mesmo dia, dois outros jornais interpretavam com mais acuidade os acontecimentos. Faziam-no sem exagero de interpretação e sem abuso de imagem. "A União Soviética está se esfacelando", dizia o Jornal da Tarde. *"Oito repúblicas já deixaram a URSS", resumia* O Globo.

Na realidade, mesmo desmilingüindo-se, a União Soviética recusou-se a seguir a manchete da Folha. *Permaneceu na tentativa de reorientar-se a partir de novas bases depois da contra-revolução pacífica que, com a população nas ruas e a liderança de Ieltsin, reconduziu Gorbatchev ao poder.*

Assim como também decretara apressadamente o "fim da era Gorbatchev", a Folha *dava como fato consumado algo que poderá ser bem real em pouco tempo, o fim da URSS. Contudo, para que o antecipado decreto jornalístico encontrasse eco nas páginas do jornal, e não fosse desmentido pelos próprios fatos narrados nas páginas do jornal, saiu-se com essa de chamar a atual URSS de "ex-URSS". Até os despachos das agências internacionais (que por enquanto não seguem as normas da* Folha*) sofreram essa intervenção lingüística.*

Expliquei tudo isso ao leitor e até ajuntei minha discordância. Mas o fato merece um pouco mais de reflexão porque tem muito a ver com a personalidade do jornal.

Isso acontece nos momentos nos quais a Folha *ainda nem ouviu o galo cantar mas intui que ele vai cantar, nunca se sabe onde. O jornal então antecipa o canto do galo. Essa operação interpretativa mais irrita do que informa o leitor. O jornal já fez o mesmo, por exemplo, com o Pacto de Varsóvia, a organização militar que reunia os países do leste nos tempos da Guerra Fria. A* Folha *acabou com o Pacto muito antes da sua ruína. Quando ele se desintegrou oficialmente, o jornal autopromoveu-se afirmando ter "adiantado" a notícia. É o que provavelmente deve acontecer quando os escombros da União Soviética adotarem outro nome e outra configuração geopolítica.*

Ninguém se engane. Essas são as mais fáceis operações de "adiantamento" jornalístico de serem realizadas.

Acompanhe uma imagem. Dizer que o Pacto de Varsóvia ou a URSS acaba, no contexto, seria igual à publicação da seguinte manchete hipotética: "Gorbatchev morre". Na seqüência dos fatos verifica-se que ele continua tentando viver. O jornal então passa a defini-lo como um moribundo. Quando ele morrer, porque um dia ele vai morrer, o jornal pode gabar-se de ter "antecipado" a sua morte.

O problema dos jornais não é o erro, mas os mecanismos capazes de evitá-los ou consertá-los quando acontecem. Na realidade, todos erram muito. Isso é inevitável num produto feito por tantas cabeças diferentes e tratando dos assuntos os mais diversos. E a Folha, *que exibe seus erros (na seção Erramos) com a maior transparência, deveria de vez em quando ver que exagerou aqui e ali. No caso, fazer a autocrítica e arquivar essa ridícula "ex-URSS". A União Soviética ainda não acabou de vez.*

COSTA, Caio Túlio. "Quando se sabe que o galo vai cantar"*. Coluna do Ombudsman. *Folha de S. Paulo*. 15/9/91.

---

* O fato de este artigo ter sido superado pelos acontecimentos só aumenta o interesse para saber como sob certas circunstâncias históricas a notícia pode ser *construída*. A escolha da expressão URSS ou ex-URSS, em setembro de 1991, pode ser vista como parte das estratégias do discurso jornalístico-argumentativo para revelar maior ou menor fidelidade aos eventos ocorridos no Leste europeu.

A produção do texto dissertativo-argumentativo requisita, como se viu, uma série de articulações, das quais fazem parte desde a constituição do ponto de vista até os movimentos dialogais da linguagem.

Neste capítulo iremos detalhar — a título de exemplificação — uma série de expedientes argumentativos[1], alguns referidos de passagem em outras partes do livro, que podem ser elaborados pelos recursos produzidos pela linguagem.

Vejamos, de início, quatro grandes operações das quais fazemos uso, conquanto delas possamos não ter grande consciência, sequer saber seus nomes, para construir os enunciados: posto, pressuposto, inferência, subentendido.

Posto/pressuposto A releitura de "Quando se sabe que o galo vai cantar" ajudará a entender melhor como se dá a relação posto/pressuposto na ordenação geral dos textos argumentativos.

Entenda-se pelo conceito de **posto** aquilo que vem claramente expresso no enunciado. O **pressuposto**, conquanto não esteja explícito, funciona como referência e orientação para o que será desenvolvido e formulado no posto. Assim, falar em pressuposição é admitir que existe dirigindo o enunciado algo que o delimita, mas nele não se expressa diretamente.

No artigo citado, ao afirmar que a *Folha de S. Paulo* escreve incorretamente ex-URSS, Caio Túlio Costa revela a existência de uma distonia entre posto e pressuposto. A saber, referir-se à União Soviética como **ex** (posto) implica em admitir (pressuposto) o fim daquele país. O que, para o articulista, ainda não ocorreu.

Ao não ver correspondência, pelo menos imediata, entre posto e pressuposto, Caio Túlio Costa abre uma brecha para se pensar o problema da manipulação da informação, vista enquanto realização de enunciados que não possuem correspondência com a realidade ou que podem ser produtos de falsos pressupostos.

---

1. Os interessados em se aprofundar neste aspecto, que é vasto e do maior interesse, sobretudo pelas implicações que possui na vida de cada um de nós — veja-se o impacto dos anúncios publicitários, das declarações de autoridades e homens públicos, dos noticiários dos jornais e da televisão — devem consultar as indicações bibliográficas colocadas no final da obra.

Daí as perguntas:

"Se acabou a União Soviética, então Mikhail Gorbatchev é presidente do quê? Então por que chamar Boris Ieltsin de homem forte da URSS hoje?"

Curiosamente, um outro jornal, *O Estado de São Paulo*, escrevia no dia 11 de setembro de 1991, portanto, praticamente ao mesmo tempo que a *Folha*:

"Gorbatchev pede ajuda para a nova URSS."

Ou ainda:

"União Soviética está se esfacelando."

(*Jornal da Tarde*)

"Oito repúblicas já deixaram a URSS."

(*O Globo*)

Noutros termos, a União Soviética parece não ter desaparecido: formular ex-URSS é construir o posto a partir de falso pressuposto.

Observe-se, contudo, que se o pressuposto orientador do posto ex-URSS pode ser incorreto, pelo menos na leitura de Caio Túlio Costa, isto não significa falta de coesão ou coerência textual. Ao contrário, o jornal partiu de **outro pressuposto**. Se estamos diante de uma verdade, é questão a se discutir. A nós interessa verificar como é possível criar efeitos de linguagem que transformam o impossível em possível, o falso em verdadeiro, o vir-a-ser em acontecimento presente.

Façamos um último exercício para ver como fica a relação posto/pressuposto. Alguns comentaristas esportivos especulavam sobre as possibilidades de Ayrton Senna vir a ganhar também o campeonato de 1992. E diziam coisas como:

a. "Ayrton Senna deverá ser o próximo campeão da Fórmula 1."

Aqui estão contidas pelo menos duas informações:

a'. "Ayrton Senna estará disputando o campeonato de 1992."

a''. "Ayrton Senna reúne condições para ser novamente campeão."

Em **a** está propriamente o **posto**, contudo, a **pressupô-lo** estão **a'** e **a''**. Para formular a condicional vitória de Senna, foi necessário um quadro de referenciais não-expressos, mas sem os quais inexistiria o enunciado **a**.

Inferência/subentendido A produção de um texto, como já estudamos, exige mais do que a junção aleatória de palavras e frases. A constituição dos sentidos, em especial os de natureza argumentativa/dissertativa, requisita sejam adotados certos procedimentos que vão desde a escolha dos vocábulos até as relações entre eles e as frases. Neste deslocamento são difundidos valores, idéias, produtos comerciais, programas de governo, doutrinas religiosas.

Agora, se reconhecemos que para o texto se formar é importante a presença dos mecanismos relacionais, da escolha vocabular, da pertinência semântica, isto não significa dizer que pela simples presença destes elementos todos os sentidos se tornem explícitos.

Um texto é uma espécie de máquina preguiçosa[2]; ele não executa todo o trabalho que deveria realizar, e acaba deixando "buracos", não-ditos, insinuações, enunciados com mensagens "indiretas". Cabe também ao leitor, portanto, a tarefa de "completar" os sentidos. Daí havermos acentuado a importância da vivência interdiscursiva e intertextual: é neste múltiplo processo lingüístico que o leitor pode se formar e apreender com maior competência as insinuações, o "escondido" abrigado atrás dos enunciados.

Essas observações preliminares pretendem mostrar que o texto vive, igualmente, dos movimentos de inferências e subentendidos.

Vamos por partes. Iniciemos com as inferências.

As inferências permitem a criação de relações lógicas no plano das frases e dos seguimentos interfrasais. Por isso é possível deduzir **B** de **A**, ou ainda, admitir a continuidade de **A** em **B**. Tal passagem, aparentemente simples, é garantida por unidades lingüísticas de adição, adversão, por conjunções variadas, pronomes, expedientes de conexão, morfemas como *e*, *todos*, *alguns*, *ou*, *nenhum*, *é*, *não*, *se*, *então*; enfim, por aquele enorme conjunto de recursos que permitem a progressão das idéias em um texto.

Por exemplo, em

a. "O céu está cheio de nuvens negras."

são possíveis deduções ou inferências do tipo:

---

2. Eco, Umberto. *Conceito de texto*. São Paulo, T. A. Queiroz/EDUSP, 1984.

a'. "O céu está cheio de nuvens negras, **portanto** choverá."
ou
a''. "O céu está cheio de nuvens negras **e** poderá chover."

Pelo processo inferencial, jamais poderíamos construir enunciados como:

b'. "O céu está cheio de nuvens negras, **portanto** fará um dia lindo."
ou
b''. "O céu está cheio de nuvens negras **e** o sol surgirá esplendoroso."

Graças às inferências, o texto argumentativo pode evoluir na demonstração de certas idéias, fazendo com que **A** seja recuperado por **B**. Considere-se, porém, que as deduções também ocorrem em contextos semânticos mais amplos, não se restringindo às formas apontadas em **a'** e **a''**.

No enunciado:

"O céu está cheio de nuvens negras.",

cabem inferências do tipo:

c'. "O céu está cheio de nuvens negras. **(por isso)**
Ao sair levarei um guarda-chuva."

Há pertinência na relação entre as duas frases, razão pela qual foi dispensado o uso explícito da locução conjuntiva conclusiva. Existe entre **A** e **B** uma recorrência de sentidos. Ou, nos nossos termos, inferiu-se **B** de **A**.

Procedimento semelhante está em:

c'' ."O céu está cheio de nuvens negras. **(e) (por isso)**
Achei melhor não sair de casa."

Cada uma destas seqüências pode levar a novas inferências. O fato de os expedientes relacionais nem sempre ficarem explícitos é uma circunstância, às vezes estilística, de quem produz o enunciado. O importante é considerar que o movimento de construção dos sentidos depende das procedentes ligações entre antecedentes e conseqüentes.

Uma observação final: o termo *inferência* pode aparecer associado à compreensão equivocada de algo que foi dito ou escrito. Daí a expressão:

"Isto é apenas inferência de sua parte."

Neste caso, conquanto permaneça a idéia da **dedução**, afirma-se a ocorrência de **relações improcedentes** entre o afirmado e o entendido.

Claro que a dedução "errônea" pode derivar tanto de falhas no texto produzido — existência de ambigüidades, expressões insatisfatórias, argumentos frágeis, idéias obscuramente formuladas — como de leituras mal realizadas — falta de informação sobre o assunto, problemas gerais de compreensão, dificuldades para acompanhar raciocínios.

E o **subentendido**?

Continuemos com nosso exemplo. Se "O céu está cheio de nuvens negras" permite a inferência "portanto choverá", isto não significa dizer que ao escrevermos as palavras *nuvens negras* estejamos explicitando o termo *chuva*. Isto significa dizer que o céu carregado **subentende** a provável ocorrência de chuva.

O subentendido é, portanto, aquilo que, não tendo sido expresso, está contido, insinuado, sugerido no texto.

Quando alguém diz que estudou pouco para a prova bimestral, subentende-se uma idéia de incompletude, de desempenho insatisfatório, que poderia ser traduzida pelos pais ou professores do seguinte modo: "é um relapso, preguiçoso, desligado". Neste caso, não seria surpresa a nota baixa; ela está contida, pode ser subentendida na confissão do aluno.

A *Folha de S. Paulo*, de 1º de dezembro de 1991, fez um interessante quadro sobre o posto/subentendido, dito/não-dito nos discursos de palestinos, árabes e israelenses proferidos por ocasião da conferência de paz de Madri.

JOGO DE SOMBRAS

O que foi dito e o que está por trás dos discursos israelenses, palestino e sírio

Yitzhak Shamir (Israelense)

Diz que toda a culpa do conflito é dos árabes. Não admite discutir devoluções de territórios antes que o processo de paz tenha se iniciado, ou seja, só pensará em concessões numa etapa futura do relacionamento árabe-israelense, o que, em suas palavras, deve levar anos. Quer reuniões bilaterais no Oriente Médio. Convidou representantes árabes para discutir em Israel.

O discurso duro dá margem a duas interpretações. A otimista é que árabes e judeus respeitam seu próprio estereótipo, que os define como grandes negociadores, e Shamir finca o pé fundo para ter que ceder pouco - o que indicaria que as negociações estão apenas começando. A pessimista é que Shamir esteja dando o recado de que Israel se sente em posição forte o suficiente para só aceitar a paz incondicional - mesmo que isso não ocorra nunca.

Haidar Abdel Shafi (Palestino)

Reivindicou o que se esperava e foi ousado ao referir-se à OLP - ferindo precondições de Israel. Pediu o fim imediato das colonizações judaicas nos territórios ocupados e um período de transição até a criação de um Estado palestino.

Os palestinos não querem deixar que a conferência passe ao largo de suas pretensões territoriais, com acordos entre Israel e países árabes. O que está nas entrelinhas é que a Organização para a Libertação da Palestina tem que ser tolerada por Israel em qualquer negociação - mesmo se estiver formalmente ausente.

Farouq al Zhara (Sírio)

Diz que não admite sequer começar a negociar antes que Israel volte às fronteiras de antes da guerra de 1967 - sua posição é exatamente o oposto da de Shamir. Rejeitou o termo "compromisso territorial", cunhado anteontem pelo presidente norte-americano George Bush em seu discurso de abertura da conferência.

O discurso sírio leva às mesmas interpretações que o discurso de Shamir. O que os sírios menos querem é iniciar diálogo direto com Israel sem estabelecer de saída que terão terra de volta. Podem estar iniciando negociação ou indicando que assim que conseguirem as colinas de Golã arranjarão um jeito de não reconhecer o Estado judaico.

Uma síntese Pressuposto/posto, inferência/subentendido, na prática, aparecem juntos. Separá-los foi mais um esforço didático, visando a explicá-los melhor.

Vejamos, então, a partir de alguns exemplos extraídos[3] do texto de Caio Túlio Costa, como aqueles elementos podem evoluir ao mesmo tempo.

Pressuposto

a. Existe para o articulista um país chamado União Soviética que passa por uma série de transformações.

b. Considera a *Folha de S. Paulo* que a União Soviética deixou de existir.

Posto

a'. "A União Soviética ainda não acabou de vez."

b'. "Acabou a União Soviética."

Inferência

a''. "Na realidade, mesmo desmilingüindo-se, a União Soviética recusou-se a seguir a manchete da *Folha*. Permaneceu na tentativa de reorientar-se a partir de novas bases (...). E a *Folha*, que exibe seus erros (na seção Erramos) com a maior transparência, deveria de vez em quando ver que exagerou aqui e ali. No caso, fazer a autocrítica e arquivar essa ridícula 'ex-URSS'. A União Soviética ainda não acabou de vez."

b''. A desagregação ou flagrante desunião da união das repúblicas, ditas soviéticas, leva à dedução: "ex-URSS".

Subentendido

a'''. A *Folha de S. Paulo* não está se atendo aos fatos; manipula as informações e cria confusão entre os leitores.

---

3. Outros podem ser localizados no referido artigo.

b'''. Falar em "ex-URSS" é nada mais do que revelar o fato de as Repúblicas Bálticas terem se tornado independentes, o Partido Comunista haver perdido a força, o modelo centralizado de governo ter se enfraquecido, a economia de mercado estar retornando.

Tópicos de argumentação Os procedimentos para a realização dos efeitos argumentativos existem em grande quantidade. Eles vêm sendo sistematizados desde a retórica clássica até os estudos realizados mais recentemente sobre o tema. Como não é nosso propósito elencar estas diversas estratégias utilizadas pelos discursos de tese, exposição de pontos de vista, difusão de certos produtos, indicaremos apenas alguns dos mecanismos mais comuns às modalidades do convencimento e da persuasão.

Figuras (de linguagem, de pensamento, de sintaxe)

Desde que deixem de ser concebidas ou percebidas como simples ornamento da linguagem, as figuras podem entrar naquele conjunto de estratégias capazes de contribuir para a produção dos efeitos persuasivos. Metáforas, metonímias e onomatopéias são muito utilizadas para isso.

Exemplo:

"A mão invisível da corrupção está em toda a parte."

A idéia figurada "mão invisível" cria um efeito ainda mais forte com relação à idéia da corrupção. Ou seja, é como se estivéssemos diante de uma rede subterrânea, clandestina, que se apresenta em vários lugares sem deixar marcas.

Veja a exploração da antítese na propaganda:

"Se o seu pai é uma verdadeira mãe, dê a ele um Samello de presente."

E da aliteração nesta outra propaganda:

"Na Dryzun, troca tem troco."

Instâncias gramaticais

Já se viu a importância dos conectivos, das preposições, das conjunções para a montagem dos esquemas coesivos dos textos. Em última instância, verificaram-se algumas das possibilidades para se fazer **uso argumentativo da gramática**. Ampliemos esta discussão. Observe os exemplos:

"Na realidade, mesmo desmilingüindo-se, a União Soviética recusou-se a seguir a manchete da *Folha*."

"Quando ele morrer, porque um dia ele vai morrer, o jornal pode gabar-se de ter 'antecipado' a sua morte."

Nos dois exemplos, as seqüências "mesmo desmilingüindo-se" e "porque um dia ele vai morrer" exercem funções explicativas no interior dos enunciados. São formas interpoladas ou intercaladas introduzidas nas frases para destacar alguma informação, ainda que delas nos fique a impressão de algo acessório, dispensável. Deste modo, seria possível reescrever os exemplos assim:

- "Na realidade, a União Soviética recusou-se a seguir a manchete da *Folha*."
- "Quando ele morrer, o jornal pode gabar-se de ter 'antecipado' a sua morte."

No entanto, o uso das interpolações confere sentidos novos aos enunciados. No primeiro caso, "mesmo desmilingüindo-se" funciona como índice do conhecimento revelado pelo articulista acerca da situação interna da União Soviética. E isto permite polemizar com o jornal. No segundo, "porque um dia ele vai morrer", é explorado o efeito irônico: o jornal está apenas constatando o fato óbvio de que algum dia Mikhail Gorbatchev morrerá.

A constituição dos esquemas explicativos inclui desde o uso dos apostos até os mecanismos adverbiais. Exemplos:

- "1968 entrou para a nossa história como o ano das grandes agitações políticas, principalmente estudantis."*
- "Oito repúblicas já deixaram a URSS, resumia *O Globo*."*
- "O Ministério da Reforma e do Desenvolvimento Agrário (MIRAD) tem novo titular: o prefeito de Cuiabá (MT), Dante de Oliveira, 34, do PMDB e ex-integrante do MR8."*

No caso desta antiga nota saída na *Folha de S. Paulo*, o esquema explicativo "ex-integrante do MR8" mostra como uma informação aparentemente deslocada, posta no término do enunciado, sugere algumas conotações ideológicas. Afinal, nada mais polêmico do que ter num ministério "explosivo" como o da Reforma Agrária alguém com um passado político vinculado a grupos de esquerda, caso do MR8.

Veja mais um exemplo:

- "O negócio, segundo se afirma, foi fraudulento e envolveu homens acostumados a circular em torno do poder."

(Revista *Veja*)

O esquema explicativo-conformativo "segundo se afirma" revela que a informação veiculada não é de responsabilidade do redator. Ou seja, existem fontes "indefinidas", testemunhas "ocultas", que asseguram existir vinculações entre a corrupção e o poder. Nesta medida, quem escreveu a notícia apenas reproduziu "objetivamente" a informação existente.

Como se vê, graças a um pequeno expediente de linguagem o enunciado ganhou maior força de verdade.

Escolha lexical

A busca dos efeitos argumentativos pode envolver uma conduta quanto à escolha das palavras, locuções e formas verbais. Optar por um termo em detrimento de outro é gesto menos arbitrário do que imaginamos e costuma significar o cruzamento dos planos estilísticos e ideológicos na direção dos discursos persuasivos.

Note-se o uso que a imprensa tem feito dos verbos *ocupar* e *invadir*, para referir-se às ações dos chamados movimentos dos sem-terra[4].

No geral, a grande imprensa fala em *invadir* os terrenos, enquanto os jornais das Comunidades Eclesiais de Base e dos partidos mais identificados com os movimentos populares empregam *ocupar*.

Escrevia a *Folha de S. Paulo*, em 2 de maio de 1987:

"Enquanto continuavam ontem construindo suas casas de blocos de cimento, os invasores da área do Jardim Nazaré (...). Não há invasão,

4. Citelli, Adilson Odair e Baccega, Maria Aparecida. "Retórica da Manipulação: os sem-terra nos jornais". In *Revista Comunicações e Artes*. São Paulo, ECA/USP, 1989. pp. 23-29.

disse ontem à tarde o Frei Leonardo Boff (...) é uma ocupação pacífica e organizada."

Negar a existência de invasão e afirmar a ocupação é parte de um jogo retórico que visa, no fundo, qualificar ou desqualificar o movimento dos sem-terra. Até porque o exame semântico dos termos em análise leva a sentidos muito diferentes. O de *invadir* pressupõe a entrada em lugar proibido, o que permite, inclusive, o desalojamento por meio de ação policial. Já *ocupar* está mais vinculado ao ingresso em terras devolutas, áreas de conflito rural, que **desautorizam ações violentas** contra os ocupantes.

No tópico da escolha lexical é interessante pensar a figura do eufemismo. Isto é, a troca de nomes visando suavizar expressões desagradáveis. Por isso, os empresários raramente defendem o **capitalismo**, preferem fazê-lo com relação à **livre empresa**. Os religiosos não gostam de pronunciar a palavra **demônio** ou **diabo**, optam por **o coisa ruim**, o **demo**. Já os supersticiosos, quando precisam admitir que morreremos, emendam: **Todos acabaremos entregando a alma para Deus**.

Expressões de valor fixo

São termos ou expressões que possuem grande aceitabilidade social. Geralmente eles caíram no domínio dos estereótipos, das fórmulas consagradas, daquilo que o público tende a aceitar sem grande questionamento. É o caso do sujeito bem vestido e limpo que tem sua imagem associada à idéia de honestidade, confiabilidade. Ou a suposição da permanente vitória do bem e da justiça.

Fórmulas lingüísticas como "sem ordem não há progresso", "a família que reza unida permanece unida", "o dever dos filhos é obedecer aos pais" fazem grande sucesso nas principais paradas dos estereótipos discursivos.

As expressões de valor fixo aparecem, por exemplo, nas campanhas publicitárias de joalherias tentando vender brincos, anéis, correntes de ouro, no Dia das Mães. Existe, neste caso, o permanente apelo emocional ao fato de "mãe só temos uma" e de sermos aquele filho que deseja "o melhor à sua mãe". Tudo termina num resplandecente *slogan*: "Uma jóia para outra jóia".

Caio Túlio Costa explorou de forma irônica uma expressão de valor fixo:

"(...) a *Folha* ainda nem ouviu o galo cantar mas intui que ele vai cantar, nunca se sabe onde."[5]

Percebe-se que as expressões de valor fixo podem ser utilizadas sob diversas circunstâncias, sempre visando atingir efeitos de sentido.

Ironia (paródia, blague, piada, chiste)

Muitas vezes os argumentos são construídos através de recursos irônicos, de ênfase na piada, na gozação. Pela via do humor corrosivo pode-se, por exemplo, desvalorizar uma idéia, um valor, uma afirmativa presente num discurso alheio.

A campanha publicitária da Bom-Bril é toda calcada no uso dos procedimentos da blague. Ou seja, o garoto-propaganda brinca permanentemente com outras marcas de produtos de limpeza e detergentes, desqualificando-os, na prática, pela afirmação inusitada das qualidades positivas da linha Bom-Bril. O desempenho do ator e as situações nas quais se envolve formam o cenário favorável para vender uma marca através do riso e da brincadeira.

Em várias passagens do texto de Caio Túlio Costa a ironia é utilizada como instância argumentativa. Vejamos uma:

"Acompanhe uma imagem. Dizer que o Pacto de Varsóvia ou a URSS acaba, no contexto, seria igual à publicação da seguinte manchete hipotética: 'Gorbatchev morre'. Na seqüência dos fatos verifica-se que ele continua tentando viver. O jornal então passa a defini-lo como um moribundo. Quando ele morrer, porque um dia ele vai morrer, o jornal pode gabar-se de ter 'antecipado' a sua morte".

A montagem desta situação meio absurda, que provoca o riso pelo acúmulo de afirmações óbvias, funciona, no âmbito do texto, como prova da posição do articulista, segundo a qual a *Folha de S. Paulo* deixou o terreno da informação equilibrada e penetrou no movediço campo da futurologia acerca do destino da União Soviética.

---

5. Referência ao dito: "Ouviu o galo cantar e não sabe onde".

Citações

O recurso à citação costuma vir em socorro de um certo argumento que precisa ser validado por alguém que seja reconhecido no estudo da pesquisa, no tratamento do assunto que está sendo desenvolvido. É uma forma de tornar mais respeitável o ponto de vista ou tese em discussão. Por isso, muitas vezes, ao ouvirmos ou lermos discursos argumentativos, deparamo-nos com observações do tipo: conforme disse fulano, segundo escreveu beltrano.

Há casos, particularmente nos textos escritos, em que a citação é introduzida e depois são indicados em nota de rodapé o autor e a obra de onde a passagem foi retirada.

A citação pode aparecer sob forma direta ou indireta, isto é, estar expressa sob aspas ou enunciada por alguém claramente localizado. Ou então ser atribuída a vozes genéricas, testemunhas ou depoentes não identificados.

Exemplos:

- Citação direta
  "E há aqueles que, à semelhança do Collor pré-entendimento, abominam esses acordões. 'Nessa farsa o PT não vai entrar', diz Lula. 'O que o Collor quer não é tirar o país da crise, mas salvar seu governo'."
  (Revista *Veja*)
- Citação indireta
  "Uma das grandes asneiras que se diz a respeito da corrupção é que ela não deixa rastro."
  (Revista *Veja*)

No primeiro exemplo, citar diretamente a fala do Lula é uma maneira de fazer sobressair uma "voz intransigente"; isto é, revela-se, sem intermediação, ao mesmo tempo a posição de um dos mais importantes líderes políticos do país e do partido do qual é presidente.

No segundo exemplo, o redator da notícia usou o genérico "se diz" como recurso desqualificador. Assim, a citação serviu para que se construísse um argumento oposto; ela foi usada como índice de "asneira". A rigor, o que se deseja afirmar na passagem é a idéia segundo a qual para se achar os corruptos é só querer.

Por este exemplo é possível perceber que nem sempre as citações entram no texto de forma "positiva", para reforçar e valorizar um argumento, como foi afirmado no início deste tópico. Há casos em que

citações diretas ou indiretas são mero pretexto, servindo de recurso "negativo", desqualificador. Com isto revela-se a incapacidade de alguém, a improcedência de um ponto de vista, a fragilidade de uma tese.

Argumentos de autoridade

Em sociedades hierarquizadas e burocratizadas como as nossas, as instituições conferem a certas pessoas o direito de enunciar discursos. Deste modo, os juízes falam pelo Judiciário, os deputados e senadores pelo Legislativo, o Presidente da República ou seu porta-voz pelo Executivo, assim como os professores dizem o discurso pedagógico, os médicos falam da saúde e da doença, os advogados instruem sobre a justiça e a injustiça. Numa palavra, discursos afeitos a cada uma destas instituições, quando enunciados por quem as representa, passam a ter mais valor.

O discurso publicitário tem explorado muito o fato de que os argumentos de autoridade costumam ser bem aceitos pelos consumidores potenciais. Daí transformar o Pelé em garoto-propaganda da vitamina Vitasay. Isto é, alguém considerado o melhor jogador de futebol de todos os tempos e consagrado como atleta do século tem autoridade para vender produtos ligados à imagem da vitalidade física.

É o mesmo que ligar as figuras de Emerson Fittipaldi e Ayrton Senna a carros e acessórios automobilísticos. Ou então, transformar dentistas em divulgadores de cremes, fios e escovas dentais.

Existe, portanto, uma estratégia argumentativa calcada no pressuposto de que o chamamento a um especialista/autoridade — verdadeiro ou não — confere maior efeito de convencimento ao assunto em pauta.

Criação de inimigos

Para se defender idéias, princípios ou valores é necessário, muitas vezes, que outros sejam atacados. Assim, para o nazismo afirmar a superioridade da raça ariana e impor o império do Reich, era preciso combater certos inimigos. A propaganda hitlerista, não por acaso, localizou no comunismo, na democracia liberal, nos judeus, nas chamadas raças impuras — que incluíam todos os "não-arianos" — os inimigos a serem vencidos. A partir daí, trataram de combater pelas armas e pelas idéias, com o auxílio das emissoras de rádio, dos jornais, dos livros, os que se opunham aos seus objetivos expansionistas.

É comum em campanhas políticas encontrarmos candidatos que passam tanto tempo afirmando o seu programa de governo quanto negando ou desqualificando as propostas dos adversários. Afora o fato de a plataforma de X ou Y ser sempre **a favor** das melhorias nas condições de vida do povo, estarão eles insistindo que para realizar tal objetivo é necessário **desconsiderar** o afirmado pelo oponente. Logo, a "verdade" de X ou Y é tanto o produto de mecanismos de afirmação como dos de negação.

A publicidade faz largo uso dos esquemas baseados na criação dos inimigos a serem combatidos. Assim, **contra** pulgas e baratas a saída é Inseticidol; **contra** os males do fígado é preciso tomar Figazol; o **combate** às cáries exige escovação com Cremol; o calor requisita cerveja gelada; as pressões da vida moderna pedem um clube de campo e assim por diante.

A máxima aqui poderia ser a seguinte: se o inimigo não existe, crie-o. É bom para desenvolver certos esquemas argumentativos.

Alusão

Foi afirmado que ler é não apenas reconhecer o dito, mas também o não-dito. Os textos, aliás, são produtos da relação entre o afirmado e o insinuado; entre o posto na aparência e o escondido na essência.

Os discursos argumentativos/dissertativos igualmente distribuem teses e demonstrações que mantêm com os leitores uma espécie de jogo de máscaras. Neste movimento fixa-se o viés dos enunciados sobre determinado assunto e, particularmente, ocorrem as alusões.

Aludir é fazer referência sem designar, necessariamente, de forma clara o significado. Por este processo, o leitor/ouvinte absorve, por meio de pequenos índices, valores, idéias ou conceitos.

Caio Túlio Costa alude ao fato de a *Folha de S. Paulo* adotar uma linha de autopromoção, de se adiantar com relação aos acontecimentos, o que "tem muito a ver com a personalidade do jornal". Conquanto o assento crítico do artigo possa estar incidindo sobre a opção de se utilizar "ex-URSS", falar no comportamento, na personalidade do jornal passa a representar um caminho para se compreender por que já não se grafa mais URSS. Fez-se, portanto, alusão a uma face da linha editorial seguida pela *Folha de S. Paulo.*

Tal expediente de linguagem aparece muito na publicidade. Veja-se o caso dos comerciais de automóveis e cigarros que quase sempre insistem na evocação do sucesso, do triunfo pessoal, da conquista do *status* diferenciado.

A recente campanha do sutiã Valisère explorou de forma criativa o mecanismo da alusão. Considere-se, no entanto, que o tema do **primeiro sutiã** funcionou, sobretudo, como argumento pretextual, visto que o propósito do filme-anúncio era não apenas atingir o público-alvo composto por adolescentes, mas todas as mulheres. Em particular, aquelas que haviam vivido a mesma experiência conquanto usando outras marcas. O jogo alusivo, neste caso, contribuiu para a montagem de uma atmosfera poética sugestiva capaz de evocar, em muitas mulheres, imagens do passado.

Um outro exemplo pode ser extraído da alusão feita pelo presidente Collor ao fato de possuir "aquilo roxo". Uma empresa de amortecedores não se fez de rogada e saiu-se com esta:

Vimos alguns dos muitos procedimentos de linguagem que entram na composição dos textos argumentativos e dissertativos. Eles serão, em parte, responsáveis pela construção dos efeitos persuasivos e de convencimento. Arrolá-los isoladamente foi apenas um esforço didático visando a melhor estudá-los. Na prática textual, os mecanismos argumentativos aparecem misturados e se combinam de acordo com as exigências do assunto apresentado.

8

Observações finais

"Mas devemos defender-nos de toda palavra, toda linguagem que nos desfigure o mundo, que nos separe das criaturas humanas, que nos afaste das raízes da vida."

(Érico Veríssimo)

Ao longo deste livro procurou-se apresentar alguns dos vários aspectos que entram na composição dos discursos argumentativos e dissertativos. Partiu-se, para tanto, do pressuposto segundo o qual a linguagem possui grande quantidade de recursos para produzir os efeitos de sentido.

Deve ter ficado claro que a simples apreensão desta dimensão "ativa" da linguagem não garante a redação de textos convincentes e persuasivos; no entanto, desconhecê-la é, sem dúvida, o primeiro passo para transformar possíveis boas teses e argumentações procedentes em arremedos risíveis e sem condições de influenciar nas expectativas dos interlocutores.

É necessário considerar, ainda, que não se desejou com este livro elaborar um manual ou receituário do bom argumentador. Aliás, fórmulas mágicas só existem no reino dos magos, dos prestidigitadores e das fadas, capazes de transformar tudo com o simples toque de suas varinhas encantadas.

A nossa perspectiva foi a de conceber a linguagem como trabalho, daí a constância de termos como pesquisa, estudo, plano, escrita, reescrita. Feliz ou infelizmente, produzir textos exige tanto algum domínio do sistema expressivo como o envolvimento com as coisas do mundo. Por isso não se trata de algo fácil ou difícil, mas de um desafio que pode e deve ser vencido.

Posto desta maneira, escrever bons textos argumentativos e dissertativos é tanto uma questão de explorar certos recursos da língua como estar atento ao fato de que a **linguagem significa**; ela atribui sentido às coisas, carrega valores e idéias, formula preceitos e preconceitos. Sendo composta por sons, a linguagem verbal é sobretudo o acúmulo de vozes. Isto é, as palavras podem formar os discursos que oprimem, mas também os que libertam.

Bibliografia

ARISTÓTELES. *Arte retórica e arte poética*. Trad. Antonio Pinto de Carvalho. Rio de Janeiro, Ouro, s/d.
Escrito por volta de 330 a.C., é considerado ainda um dos textos obrigatórios para o estudo das formas persuasivas do discurso.

BAKHTIN, Mikhail. *Marxismo e filosofia da linguagem*. Trad. Michel Lahud e Yara Frateschi Vieira. São Paulo, Hucitec, 1979.
A obra estuda a ciência da linguagem a partir de uma perspectiva sociológica. Analisa em profundidade a relação linguagem/ideologia.

BROWN, J. A. C. *Técnicas de persuasão*. Trad. Octávio Alves Velho. Rio de Janeiro, Zahar, 1971.
O autor fixa a tese de que as atitudes são formadas e mudadas, no mundo moderno, pela ação de um conjunto de técnicas propagandísticas que vão desde a publicidade até a política.

CITELLI, Adilson. *Linguagem e persuasão*. 6ª ed. São Paulo, Ática, 1991.
Estudo introdutório sobre a presença da persuasão em discursos publicitários, religiosos, didáticos.

DUCROT, Oswald. *Provar e dizer: linguagem e lógica*. Trad. Maria Aparecida Barbosa *et alii*. São Paulo, Global, 1981.
Trabalho preocupado em mostrar as articulações existentes entre a lógica da linguagem e os procedimentos argumentativos.

HALLIDAY, M. A. e HASAN, Rugaia. *Cohesion in English*. London, Longman, 1976.
Livro fundamental para o estudo da coesão textual.

KOCK, Ingedore G. Villaça. *Argumentação e linguagem*. São Paulo, Cortez, 1984.
Trabalha a idéia de que o ato lingüístico básico é o da argumentação.

PECHEUX, Michel. *Semântica e discurso. Uma crítica à afirmação do óbvio*. Trad. Eni Pulcinelli Orlandi *et alii*. Campinas, Unicamp, 1988.
Pensa a questão da produção dos sentidos à luz das formações discursivas.

PERELMAN, Ch. e OLBRECHTS-TYTECA, L. *Traité de l'argumentation. La nouvelle rhétorique*. Bruxelles, Ed. Univ. Bruxelles, 1976.
Uma das mais importantes obras produzidas modernamente sobre as questões de argumentação.